



Assembleia Municipal do Seixal

Ata nº 02/2022

1.ª Sessão Extraordinária – 10 de março de 2022

A T A nº 02/2022

Aos 10 dias de Março de dois mil e vinte e dois, reuniu a Assembleia Municipal do Seixal, na sua **1ª sessão extraordinária de 2022**, nas instalações dos Serviços Centrais da Câmara Municipal do Seixal, presidida por Alfredo José Monteiro da Costa e secretariada pelo 1º Secretário, Américo Augusto de Oliveira da Costa, e pela 2ª secretária, Vanda Patrícia Machado Correia Carvalho, com a seguinte Ordem de Trabalhos, divulgada pelo edital nº 05/2022, de 04 de março.

I – PERÍODO DE INTERVENÇÃO DA POPULAÇÃO.

II – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA.

III – PERÍODO DA ORDEM DO DIA.

III.1. Eleição de um membro de entre os Presidentes das Juntas de Freguesia para o Conselho Municipal de Educação do Seixal.

A) Proposta do Grupo Municipal da CDU – Manuel Ferreira Araújo.

B) Proposta do Grupo Municipal do PS – Rui Pereira.

III.2. Prorrogação do prazo de transferência das competências para a Autarquia no domínio da ação social. Aprovação.

III.3. Redelimitação da Área de intervenção do Plano de Urbanização da UOPG 33. Processo 5/M/18. Aprovação.

Estiveram presentes, para além dos membros da Mesa:

Da CDU: Armando da Costa Farias, Carlos Alberto de Sousa Pereira, Catarina dos Santos Teixeira, Fernando Júlio da Silva e Sousa, Luís Miguel da Boina Pinto Ventura, Maria João Fortes de Matos Louro, Maria Manuela Palmeiro Calado, Nuno Filipe Oliveira Graça e Paula Alexandra Sobral Guerreiro Santos Barbosa, Rafael Fortes Louro.

Do PS: Ana Maria Ferreira Jorge, Fátima Aidil Soares de Carvalho, Isabel da Conceição Abreu Rebouta Antas, João Diogo Fernandes Leal, Joaquim Gomes Carvalho Cabral, José António Geraldês Dias Ramos, Rui Miguel Santos Brás, Samuel Pedro da Silva Cruz, Sérgio Miguel Carreiro Ramalhete, Telma Cristina Lopes de Lima e Tomás Baptista Costa Santos.

Do PSD: David Miguel Martins, Maria Luísa Marques da Gama e Rui Miguel Lança Belchior Pereira.

Do CH: Nuno Emanuel Monteiro Capucha

Independentes: Henrique Martins Rodrigues e Soraia Raquel Pereira da Silva Rosário.

Do BE: Isabel Maria Filipe da Cruz e Mário André Pinheiro de Magalhães Macedo.

Do PAN: Ivo Filipe Baptista Gomes.

Estiveram ainda presentes os Presidentes das Juntas de Freguesia de Amora, Corroios e de Fernão Ferro, respetivamente, Manuel Ferreira Araújo, Hugo Ricardo Monteiro Constantino e Rui Miguel



Assembleia Municipal do Seixal

Ata nº 02/2022

1.ª Sessão Extraordinária – 10 de março de 2022

Pereira Santos. Manuel António Carvalho em substituição do Presidente da União das Freguesias de Aldeia de Paio Pires, Arrentela e Seixal.

Para além do Presidente da Câmara Municipal do Seixal, Joaquim Cesário Cardador dos Santos, estiveram presentes os seguintes Vereadores: Paulo Alexandre da Conceição Silva, Maria João Varela Macau, Joaquim Carlos Coelho Tavares, Bruno Filipe Ventura Santos, Eduardo Manuel Rodrigues, Miguel Ferreira Feio, Elisabete Manuela Pereira Adrião, Nuno Miguel dos Anjos Sousa Moreira, Bruno Miguel Machado Vasconcelos e Henrique José Livreiro Viçoso Freire.

A Sessão teve início cerca das 20:40.

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “ Boa noite, Senhor Vice-Presidente da Câmara, senhores vereadores e vereadoras, cumprimento a mesa, cumprimento os senhores membros, a todos e a todas eleitos da Assembleia Municipal, cumprimento à população que está connosco, todos os nossos trabalhadores da Câmara e Assembleia Municipal. Vamos dar início à sessão, a esta sessão da Assembleia Municipal que é a primeira sessão extraordinária de 2022 e começamos pelo período da ordem do dia com uma informação prévia. Substituições, o Presidente da União de Freguesias de Seixal, Arrentela e Aldeia de Paio Pires é substituído, nesta sessão da Assembleia pelo tesoureiro desta União, Manuel António Carvalho. Começamos com o período de intervenção da população, temos uma inscrição, a senhora Milene da Silva Viana e que tem a palavra, se faz favor.”

I. PERÍODO DE INTERVENÇÃO DA POPULAÇÃO.

Sra. Milene da Silva Oliveira Viana disse: “Muito boa noite a todos, Sr. Exmo. Presidente da Câmara, Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, senhores membros da Assembleia Municipal. Na qualidade de munícipe gostaria de obter algumas respostas por parte do executivo a questões que afligem há muito tempo a população deste concelho. Desta vez, todas as minhas perguntas são relacionadas com o ambiente. Quais as medidas, caso existam, que têm sido recentemente tomadas pela Câmara Municipal no sentido de uma mais eficaz monitorização da qualidade do ar no concelho e, em especial, em Aldeia de Paio Pires, onde se encontra um dos nossos maiores focos da poluição? Quais as medidas nesse sentido que se prevê que venham a ser tomadas? Quais as medidas tomadas pela Câmara Municipal do Seixal no sentido de monitorizar e fazer cessar a desarborização generalizada e desenfreada de que tem sido vítima o nosso concelho? Sabendo-se que são as árvores que, em larga medida, contrabalançam o impacto da poluição, não considera a Câmara que o abate indiscriminado de árvores para além do impacto estético e para o turismo que se pretende desenvolver, pode agravar a qualidade de vida de todos os seus munícipes? Sei que tem havido replanto, mas as árvores não crescem de um dia para o outro, considera a Câmara que a urbanização generalizada de áreas recentemente desarborizadas e a consequente impermeabilização dos solos, não constitui qualquer risco para as populações nomeadamente por poder gerar derrocadas e deslizamentos de terras, situação que pode ser agravada pelas alterações climáticas em que nos encontramos infelizmente sujeitos? Desde já os meus agradecimentos”

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Obrigado. Tem a palavra o Sr. Vice-Presidente da Câmara, Paulo Silva, se faz favor.”



Assembleia Municipal do Seixal

Ata nº 02/2022

1.ª Sessão Extraordinária – 10 de março de 2022

O Sr. Vice Presidente da Câmara Municipal disse: “ Eu pedia, boa noite a todos primeiro que tudo, eu pedia ao senhor vereador Bruno Santos que respondesse à munícipe.”

O Vereador Bruno Santos disse: “Boa noite antes de mais a todas e a todos. Em relação às questões colocadas pela nossa munícipe. Em relação às questões de monitorização da qualidade do ar, esta Câmara Municipal e, no seguimento do que tem feito, este processo até porque, tendo em conta isto, há algum tempo atrás e face à inatividade por parte da APA, do Ministério do Ambiente e das outras entidades responsáveis por esta área, não teriam feito estes estudos e a Câmara Municipal substituiu-se a fazê-los e não só se substituiu a fazê-los como os apresentou publicamente, como também solicitámos a instalação de mais novas estações de monitorização de qualidade do ar. Nem de propósito, mas ainda agora recentemente, no final do mês de fevereiro recebemos um, e face a esta solicitação que fizemos, no final do mês de fevereiro, recebemos por parte do gabinete da Secretária de Estado do Ambiente um ofício que nos diz desta forma sintética, só para resumir o ofício em conclusão considera a CCDR que as estações atualmente existentes na área metropolitana de Lisboa Sul permitem proceder a medições que são representativas do ar, da qualidade do ar nesta região, não sendo necessária a instalação de mais, de mais estações, de referir que, a existência de um maior número de estações não tem qualquer efeito na qualidade do ar sentida pelas populações e que as existentes permitem avaliar essa mesma qualidade do ar. No fundo é isto que nos resumiram, em função do que foi o nosso pedido. Nós não ficámos satisfeitos, naturalmente com esta resposta, achamos que esta é uma questão que merece também do ponto de vista do seu acompanhamento por parte das entidades, das entidades correspondentes, mas também de qualquer das formas, também consideramos já referir a possibilidade de podermos ter algum tipo de monitorização que vá para além daquela que existe por parte da APA. Ou seja, achamos que isto tem que ser uma questão que é da responsabilidade das entidades, neste caso, a CCDR, e que tem que acompanhar esta questão e não deve demitir-se desta sua responsabilidade, mas sabemos que em função da atividade industrial existente e, em termos da qualidade de vida das populações, que esta é uma necessidade que temos que ter acompanhamento, a Câmara Municipal já o fez anteriormente, continuará a fazê-lo, não só exigindo a responsabilidade de quem a tem, mas também procurando sempre soluções de maneira que nos permita ter estes dados. Os dados que temos e aqueles que tivemos em termos de monitorização dos últimos anos, o último ano há picos e há picos em alguns, normalmente entre os meses de dezembro e janeiro, mas dentro daquilo que temos, a qualidade do ar, em termos gerais, no concelho, é boa, ou seja, não temos aquele problema que já tivemos em anos anteriores. De qualquer das formas, achamos também que deve haver uma maior monitorização, nisso estamos de acordo, temos insistido, vamos procurar não só insistir junto das entidades responsáveis, mas também ver formas em que podemos também uma vez mais, complementar aquele trabalho que é feito, porque achamos que é importante. É importante a atividade industrial e é importante a qualidade de vida das populações. Em relação às questões da arborização, ninguém gosta de cortar uma árvore, seja onde for e só o fazemos se manifestamente essa árvore não estiver em condições. Aconteceu recentemente, por exemplo, junto ao coreto de Amora onde tínhamos cerca de 8 árvores que manifestamente tinham



Assembleia Municipal do Seixal

Ata nº 02/2022

1.ª Sessão Extraordinária – 10 de março de 2022

patologias que não permitiam que elas ali continuassem e tendo em conta ainda para mais um espaço público e na zona onde estavam ofereciam alguns riscos e tiveram que ser abatidas. Mas, o nosso objetivo é por cada árvore que possa ter que ser abatida, e naturalmente percebendo que aqui a questão não é de um dia para o outro que uma árvore cresce, queremos pelo menos plantar no mínimo o dobro, é a questão dos planos de, digamos assim, rearboreção das áreas urbanas que é um dos nossos objetivos. Por exemplo, vamos começar esta questão precisamente na freguesia de Amora onde vamos fazer ainda, tendo em conta este período até final de março, o período de arborização nesta freguesia e depois quando vier o novo período de arborização fazemos isto em mais áreas urbanas. Porque estamos de acordo, achamos que é importante a questão da arborização das áreas urbanas, é importante onde podemos colocar árvores que possam estar com a devida convivência, digamos assim, entre aquilo que é uma área urbana, aquilo que é a circulação urbana, aquilo que quer do próprio ponto de vista em termos da qualidade de vida das pessoas, em termos da proximidade ou não aos prédios, ali naquela zona mais densamente povoada. Temos esta preocupação e estamos de acordo que é necessário e que é fundamental, digamos assim, reflorestar as nossas zonas urbanas e isso é um dos nossos objetivos. E não só, também do ponto de vista de criação de mais parques urbanos, estamos a fazê-lo em Miratejo junto ao Moinho de Maré, estamos a fazê-lo também na zona da Quinta das Laranjeiras, em Fernão Ferro, estamos também a fazê-lo na zona de Verdizela com a primeira fase do parque metropolitano da biodiversidade. Ou seja, esta é uma preocupação de todos nós e achamos que é fundamental, e se há algum ensinamento que nos trazem destes dois anos em que vivemos em pandemia, é a importância de vivermos e de termos o nosso espaço público e termos um espaço público de qualidade e termos um espaço público onde seja agradável estar, passear, poder conviver.”

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Obrigado. Muito bem, então não havendo mais intervenções neste período, passamos para o ponto seguinte, o período de antes da ordem do dia.”

II. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA.

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Nós temos um conjunto de dez documentos para este período e uma declaração política.”

II.1. O Grupo Municipal da CDU apresentou uma Moção “Pelo encerramento do Aterro Sanitário do Seixal”, subscrita por Paula Santos.”

(Documento anexo à ata com o número 1).

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Passamos para o primeiro documento que é uma moção da CDU, o encerramento do aterro sanitário do Seixal, é subscrita por Paula Santos, tem a palavra se faz favor.”

Paula Santos da CDU disse: “Muito obrigada. Cumprimento o senhor Presidente da Assembleia, senhor Presidente, senhor Vice-Presidente, senhores vereadores, senhores eleitos da Assembleia Municipal, a população, os trabalhadores da autarquia. Antes de fazer a apresentação da moção queria só chamar a atenção que por lapso foi enviado um texto que não era a versão final, ele foi substituído na plataforma e foi agora distribuído aos líderes dos grupos, mas as alterações também



Assembleia Municipal do Seixal

Ata nº 02/2022

1.ª Sessão Extraordinária – 10 de março de 2022

são questões de pormenor, aquilo que é a substância e o conteúdo mantêm-se. Desta moção a propósito do aterro sanitário do Seixal gostaríamos de salientar o seguinte: há intenção por parte da AMARSUL de prolongar a vida útil do aterro até 2034, com uma perspetiva de avançar com a deposição de resíduos num espaço existente entre celas que já tinham sido encerradas. Consideramos que esta solução não é adequada, aliás, há várias questões que inclusivamente temos vindo a suscitar relativamente a este aterro para a resolução desses problemas, quer do ponto de vista do seu impacto paisagístico, quer do ponto de vista dos odores, e, por isso, trazemos aqui esta moção, em que insta o Governo em encontrar uma solução alternativa para a valorização e tratamento dos resíduos sólidos e urbanos, em articulação com a Câmara Municipal do Seixal, que permita o encerramento do aterro sanitário do Seixal, mantendo naturalmente todos os postos de trabalho, o investimento no alargamento da recolha seletiva, na valorização de resíduos, não só de resíduos de embalagens, que possibilite a redução da deposição de resíduos em aterro, que disponibilize fontes de financiamento, quer no âmbito nacional, quer no âmbito comunitário, que permita fazer estes investimentos e implementação destas soluções mais adequadas no plano ambiental para a valorização e tratamento dos resíduos sólidos urbanos, que desonere as populações dos aumentos de preços e taxas que só contribuem para o agravamento das suas condições de vida e garanta a qualidade da prestação de serviço público e, que reverta a privatização da AMARSUL EGF, assegurando a sua gestão pública.”

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Obrigado. Intervenções para apreciação desta moção. Quem é que pretende intervir? Temos já uma inscrição. João Leal se faz favor.”

João Leal do PS disse: “Obrigado. Boa noite. Naturalmente cumprimentar todos os presentes na pessoa do senhor Presidente da Assembleia Municipal, cumprimentar o senhor Presidente da Câmara, os senhores vereadores, trabalhadores e população presente. Antes de mais é importante reiterar que a Câmara Municipal do Seixal é membro acionista da AMARSUL, que é a empresa gestora do aterro sanitário, gestora do aterro sanitário Intermunicipal do Seixal e, portanto, é necessário imputar responsabilidades à Câmara Municipal do Seixal na eventualidade de quaisquer problemas. Não é de hoje que o aterro sanitário Intermunicipal do Seixal constitui um enorme problema para alguns dos municípios do Seixal e que o seu impacto ambiental não deve ser desconsiderado, contudo, é importante também ter presente que tanto a escolha da sua localização, bem como as licenças de habitação na área envolvente, foram concedidas pela Câmara Municipal do Seixal e que, no mínimo, é responsável por este problema, por outro lado, não existe neste documento qualquer solução alternativa para a valorização e tratamento dos resíduos urbanos, pois referir que é necessário existir um alargamento de recolha seletiva, é também dizer que a Câmara tem feito um mau trabalho na gestão dos mesmos resíduos. É também importante reiterar que na passada Assembleia Municipal, o senhor Presidente da Câmara se manifestou contra o sistema PAYT, o sistema inovador progressista que distingue os municípios que produzem grandes quantidades de resíduos, daqueles que cuidadosamente têm mais atenção à sua pegada ecológica, o que seria um grande incentivo para a revolução de criação de resíduos urbanos cujas taxas atuais vêm refletidas no consumo de água e que é altamente punitivo para uma grande parte dos



Assembleia Municipal do Seixal

Ata nº 02/2022

1.ª Sessão Extraordinária – 10 de março de 2022

munícipes do Seixal. Por fim, é importante que saibamos distinguir o que são competências estatais, do que são competências da Câmara Municipal e que não podemos mais fugir às nossas responsabilidades, responsabilidades estas que a Câmara tem ignorado. É necessário resolver os problemas existentes, mas de uma forma estruturada, com soluções reais, começando por implementar sistemas como o PAYT e questionar administradores nomeados pela Câmara Municipal sobre os assuntos supra mencionados. Obrigado.”

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Mais intervenções em relação a esta moção? Não há mais inscrições, é isso? Confirma-se? Confirma-se. Senhor Vice-Presidente, se faz favor.”

O Sr. Vice Presidente da Câmara Municipal disse: “Eu passava a palavra ao senhor vereador Bruno Santos, para falar sobre esta questão.”

O Vereador Bruno Santos disse: “Uma vez mais boa noite. Ainda recentemente, neste fevereiro, a Câmara Municipal recebeu todos os técnicos da península de Setúbal, de todas as Câmaras Municipais que trabalham nesta área dos resíduos e juntamente com a administração da AMARSUL, que solicitou as nossas instalações para realizar este encontro onde estas questões dos resíduos foram debatidas e onde foram colocadas algumas questões por parte de cada um dos municípios. Não nos podemos esquecer que, infelizmente, foi uma privatização realizada na altura, no âmbito daquilo que foram os compromissos da TROIKA por parte do governo PS Sócrates e depois concretizada pelo governo PSD/CDS de Passos de Coelho e que infelizmente uma área de uma forte componente de um serviço público essencial às populações, foi colocado em termos de uma empresa privada. Neste caso, quem tem a maioria do capital é a MOTA-ENGIL, uma empresa sobejamente conhecida a nível nacional, e que tem uma visão desta questão do âmbito dos resíduos e da sua atividade económica claramente economicista, muito catalisadora do ponto de vista da acumulação, digamos assim, de lucro, ou seja, tentando obter o máximo de lucro, com o mínimo de despesa. Por parte do município do Seixal, não tem havido qualquer diminuição, digamos assim, pelo contrário, não nos alheamos daquilo que são as nossas responsabilidades, bem pelo contrário, e até neste encontro, até tenho esta oportunidade também de partilhar convosco, uma análise daquilo que foi feito, por exemplo, a questão dos bio resíduos até 2025. Na Assembleia anterior falou-se na questão do PAYT que vai triplicar o custo para os munícipes e enquanto o sistema de incentivos pode, de alguma forma, ajudar a incentivar quem tem esta prática. Mas entrando na questão dos bio resíduos, o único município que está a fazer isto em larga escala na península de Setúbal é o município do Seixal. Setúbal faz de uma forma um pouco mais redutora. Moita tem um projeto piloto (**impercetível**). Neste momento, temos em termos de porta-a-porta cerca de oito mil munícipes que já têm a questão dos bio resíduos, a Câmara Municipal do Seixal é a única na península de Setúbal e das poucas da área metropolitana de Lisboa em que os bio resíduos já são não só valorizados do ponto de vista da energia, como depois também são utilizados como fertilizantes para a agricultura. E isto, claramente evitando a deposição em aterro. Há uma outra questão que a AMARSUL não faz, mas que o município do Seixal vai fazer, vamos criar também em Fernão Ferro um centro de higiene urbana, onde irá permitir, à partida, triar logo todos os resíduos e era uma questão que colocámos à AMARSUL que poderia fazer, mas não o faz, mas não fazendo e



Assembleia Municipal do Seixal

Ata nº 02/2022

1.ª Sessão Extraordinária – 10 de março de 2022

nós sentindo que esta é uma necessidade, em particular na freguesia de Fernão Ferro e todos nós sabemos que esta é uma necessidade, vamos avançar nesse sentido, será um investimento próximo de oitocentos a novecentos mil euros neste centro de higiene urbana, onde nos permitirá entregar todo o tipo de resíduos e separá-los logo à partida para evitar a sua deposição em aterro. E estamos também a preparar avançar para uma terceira fase em termos das questões dos bio resíduos para as áreas, digamos assim, densamente mais povoadas, as áreas dos prédios, ou seja, aqueles sistemas que nós temos de semi-enterrados e, já agora dizer que o município do Seixal é de todos aqueles o que tem este sistema de semi-enterrados, em termos de quase, na generalidade do seu sistema, ou seja, otimizando do ponto de vista dos recursos da utilização e dos consumos energéticos também é importante. Mas também iremos avançar para a questão dos bio resíduos neste sistema, ou seja, procurando otimizar, digamos assim, a recolha de resíduos e a sua valorização, ou seja, se há município que está a trabalhar nesta área, que está a desenvolver um bom trabalho nesta área, e temos plena consciência que é também da nossa responsabilidade fazê-lo e assumimo-lo, mas acho que deveria haver um acompanhamento maior por parte do Ministério do Ambiente porque não basta carregar os municípios com a TGR, não se percebe onde é que a TGR é aplicada porque não é aplicada na questão da valorização dos resíduos e de cada vez, cada um de nós, todos nós enquanto munícipes pagamos mais pela deposição de resíduos e eles não são devidamente valorizados. E não é totalmente verdade que não haja outras alternativas porque no âmbito da pandemia e, aquilo que nos foi dito, é que uma parte dos resíduos que ia para, o aterro do Seixal não chegavam a ser depositados no aterro, eram transferidos para a VALORSUL onde se procedia à sua incineração, ou seja, não é plenamente verdade que exista só um modelo, exista só uma forma, acho que há mais formas de podermos encarar e, eu acho que o princípio básico deve ser na questão do reaproveitamento de resíduos e este tem que ser o objetivo de cada um de nós e o município do Seixal está a fazê-lo, mas depois também existe a questão da proliferação e da eternização dos aterros que não pode ser solução. A licença ambiental em vigor é até 2025 deste aterro e o objetivo da AMARSUL é prorrogá-la até 2036 e eu acho que é inaceitável procurar-se prolongar a existência de um aterro que já está no limite da sua capacidade, se já não estiver a atingi-la, ou se já não a atingiu, e querer prorrogá-lo indefinidamente, cabe-nos a todos nós e, é responsabilidade de todos, e não nos demitimos delas, agora é eternizar uma não solução e uma má solução para todos ao nível ambiental e ao nível da valorização dos resíduos.”

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Muito obrigado, tem a palavra a proponente, Paula Santos, se faz favor.”

Paula Santos da CDU disse: “Muito obrigado senhor presidente. Para a CDU o que não é solução é ignorar as realidades do aterro sanitário do Seixal que é gerido pela AMARSUL, que é detida 51% pela MOTA-ENGIL, privatizada no governo PSD/CDS e que o PS não teve disponibilidade nenhuma, nem esteve de acordo com a reversão desta privatização. Não é solução fechar os olhos para este problema, não querer encontrar uma solução que permita, de facto, assegurar um tratamento mais adequado dos resíduos e insistir, de facto, no prolongamento do aterro que está à vista de todos que efetivamente está a atingir a sua capacidade. E muito menos é solução não encontrar essa



Assembleia Municipal do Seixal

Ata nº 02/2022

1.ª Sessão Extraordinária – 10 de março de 2022

solução, mas impor às populações o pagamento da taxa geral, da taxa de gestão de resíduos exatamente com essa justificação, que se deveria avançar num caminho de redução da deposição dos resíduos em aterro. Ora, é exatamente isto que pretende esta moção, assegurar uma valorização mais adequada dos resíduos, não onerar as populações relativamente a isso, encontrar no quadro dos instrumentos financeiros existentes solução para isso, estamos aqui numa perspetiva construtiva, estamos aqui numa perspetiva, de facto, de encontrar uma solução, lamentamos que da parte do Partido Socialista não haja essa a disponibilidade. E é importante aqui ter em cima da mesa de facto o investimento que tem sido feito por parte do município relativamente à recolha, foi referida agora, a questão relativamente aos bio resíduos, de facto, na vanguarda relativamente a esta matéria mas o muito que há para fazer ainda na recolha seletiva, quer seja embalagens, do vidro, do papel, de outros resíduos e que esta tem sido, é uma responsabilidade por parte da AMARSUL se se quer colocar aqui num plano das competências então vamos lá colocar, no plano devido das competências relativamente a estas questões. A nossa intenção, e vou terminar senhor Presidente, com esta moção era, de facto, aqui procurar encontrar uma linha e um caminho que permita no plano ambiental encontrar as soluções mais adequadas, melhorar o serviço público e efetivamente, no quadro da preocupação relativamente ao aterro, a solução não pode ser prolongar a sua vida útil, mas sim de facto encontrar uma solução que permita efetivamente um tratamento mais adequado dos resíduos e que permita a redução da deposição dos resíduos em aterro.”

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Muito obrigado. Vamos passar à votação desta moção. a moção foi aprovada com os votos a favor da CDU, Bloco de Esquerda, a abstenção do PS, do CHEGA, do PAN e dos eleitos municipais independentes e voto contra do PSD. Declarações de voto se for caso disso? Rui Belchior, primeiro, pode avançar, e depois João Leal.”

Aprovada a Tomada de Posição nº 14/XIII/2022 por maioria e em minuta com:

Trinta e sete (18) votos a favor dos seguintes eleitos:

- Do grupo municipal da CDU: 16
- Do grupo municipal do BE: 2

Três (3) votos contra do grupo municipal do PSD.

Dezasseis (16) abstenções dos seguintes eleitos:

- Do grupo municipal do PS: 12
- Do grupo municipal do CH: 1
- Do Independente Henrique Rodrigues: 1
- Do Independente Soraia Rosário: 1
- Do grupo municipal do PAN: 1

Rui Belchior do PSD em declaração de voto disse: “Muito obrigado senhor Presidente. Boa noite a todos. Nós, o Partido Social Democrata também consideramos que o aterro deveria ser encerrado,



Assembleia Municipal do Seixal

Ata nº 02/2022

1.ª Sessão Extraordinária – 10 de março de 2022

sucede que a moção que foi aqui apresentada, dá ideia que os problemas só começaram no pós-privatização, bom e o aterro está lá desde os anos 90, aliás com um cheiro nauseabundo que era insuportável e era reclamado por todos os habitantes das redondezas e arredores. Portanto, parece que o problema foi no decurso da privatização, portanto, as dores da CDU afinal, até porque não apresenta nenhuma solução, aliás, o PS na última Assembleia apresentou aí uma ideia de um sistema que eu agora nem me recordo o nome, foi logo prontamente recusado, não têm nenhuma solução, a solução é reverter a privatização, essa é que é a vossa preocupação, mais estado, mais estado e nada com os privados e nós não podemos conceber isso, nós não conseguimos conceber isso. Pior de tudo, pior de tudo e essa é a razão principal pela qual votamos contra, é essa hipocrisia sucessiva, reiterada que a culpa é do Passos Coelho, isto é que é extraordinário, como se o aterro já não existisse desde os anos 90 e não tivesse tido sempre problemas e era da vossa gestão. Porque é que na altura não arranjaram soluções? Portanto, é por estas razões, que aliás não são poucas, que naturalmente não poderemos votar, nem sequer nos podemos abster nesta moção, temos que votar contra, obviamente. Muito obrigado.”

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Tem a palavra João Leal.”

João Leal do PS em declaração de voto disse: “Ora bem, eu acho que é necessário aqui esclarecer algumas coisas, existe um problema, a questão que se coloca é: existem notícias desde 2004 e, portanto, agora escudarmo-nos na privatização de uma empresa quando a Câmara Municipal do Seixal é detentora e acionista, é no mínimo curioso. Depois, a questão é: eu não digo que não existam outras soluções, como devem existir, com mais ou menos vantagens e desvantagens, a questão é que não podemos apresentar um documento que não tem propostas nenhuma para solução, esta é que é a questão. E depois coloca-se outra questão, quer dizer, umas vezes somos a favor do PAYT, outras vezes somos contra, é curioso que na última Assembleia Municipal a bancada da CDU e o Presidente da Câmara são contra o modelo do PAYT, mas depois existem documentos da Câmara Municipal onde defendem o modelo do PAYT. Ora bem, então quer dizer, umas vezes defendemos, outras vezes não defendemos. O que dá ideia é que é rejeitar a proposta do Partido Socialista porque vem do Partido Socialista e depois existe a questão do aterro sanitário, ora bem, não dizemos que não existe um problema, agora vamos discutir um encerramento de uma coisa, sem antes propor soluções e vincular coisas? E depois surge a outra questão, que é: continuamos a dizer que o problema tem que ser resolvido pelo Governo, quando o município do Seixal tem responsabilidade e depois dizer que o problema existe, quando emitimos licenças de habitação à volta do aterro sanitário é o cúmulo, então quer dizer podemos emitir as licenças de habitação e depois temos um problema do aterro sanitário? Isto para dizer que o Partido Socialista é a favor da resolução do problema com decisões concertadas, com uma implementação do sistema PAYT que não vincula o aumento de taxas para os munícipes, mas que quer sim, dividir a despesa pelos munícipes que produzem mais resíduos urbanos. Obrigado.”

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Armando Farias, pediu a palavra, se faz favor.”



Assembleia Municipal do Seixal

Ata nº 02/2022

1.ª Sessão Extraordinária – 10 de março de 2022

Armando Farias da CDU disse: “Obrigado senhor presidente, aproveito a oportunidade para saudar todos aqui presentes. Era uma sugestão se estivessem de acordo, à semelhança do que se fez na última Assembleia, pensamos que ganhávamos em eficácia, uma vez que há três moções sobre o mesmo tema, que pudessem ser discutidas as três moções, é uma sugestão que deixamos.”

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Por parte da mesa não há nenhum inconveniente, se os líderes estiverem de acordo. É isso, certo, certo. Muito bem então faremos assim, assim faremos. Ora Telma Lima, se faz favor.”

II.2. O Grupo Municipal do PS apresentou uma Recomendação “Pela Criação de uma Plataforma de Apoio e pela Manifestação de Solidariedade ao Povo da Ucrânia”, subscrita por Telma Lima.

(Documento anexo à ata com o número 2).

II.3. O Grupo Municipal do BE apresentou uma recomendação relacionada com o acolhimento a famílias de refugiados de guerra, subscrita por Mário André Macedo.

(Documento anexo à ata com o número 3).

II.4. O Grupo Municipal do CHEGA apresentou uma recomendação “Acolhimento de refugiados ucranianos no Seixal”, subscrita por Nuno Capucha.

(Documento anexo à ata com o número 4).

Telma Lima, do PS disse: “Cumprimentar a mesa na pessoa do senhor Presidente da Assembleia, a vereação, os eleitos pela Assembleia Municipal, população presente e trabalhadores. Eu penso que todos já leram a moção, eu vou apenas ler a parte deliberativa para ser, um pouco mais rápido. Deste modo, a Assembleia Municipal do Seixal reunida na sua primeira sessão extraordinária de 2022, no dia 10 de março recomenda à Câmara Municipal que: um, crie uma plataforma logística, humanitária de apoio ao povo ucraniano, tendo por função coordenar todas as ações de solidariedade do município; dois, promova campanhas de recolha de bens essenciais e angariação de donativos com destino às zonas de guerra; três, instale um centro de acolhimento de refugiados; quatro, uma ação simbólica de apelo à paz que ilumine o edifício dos paços do concelho de azul e amarelo, as cores da bandeira da Ucrânia e quinto a atual Alameda dos Bombeiros Voluntários no troço entre a Avenida da República e a Avenida Manuel da Fonseca se passe a designar Avenida dos Heróis da Ucrânia, pelos eleitos do PS.”

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Segunda moção que tem a ver com o tema da Ucrânia é do Bloco de Esquerda, subscrita por Mário Macedo, tem a palavra.”

Mário Macedo do BE disse: “Boa noite, senhor presidente, senhor presidente da mesa, restante mesa, senhores vereadores, senhores deputados, senhores trabalhadores, muito obrigado pela vossa presença. Ora bem, neste momento existem três zonas de guerra no mundo e são três zonas que são deparadas com emergência, de emergência humanitária pelo gabinete das nações unidas, são elas o Afeganistão, a Etiópia e a Ucrânia. No Afeganistão temos 24 milhões de pessoas, mais de metade do país a necessitar de apoio humanitário, na Etiópia temos sete milhões de pessoas que dependem da ajuda da ONU e de outras ONG’s e finalmente na Europa, a invasão Russa trouxe o



Assembleia Municipal do Seixal

Ata nº 02/2022

1.ª Sessão Extraordinária – 10 de março de 2022

mesmo destino à Ucrânia, onde já temos, na altura em que eu escrevi, tínhamos um milhão de refugiados, hoje o número já é seguramente bem superior e com 12 milhões de pessoas a necessitarem de ajuda. As crianças são quem mais sofre o efeito da guerra, de uma forma desproporcional, como nós vimos ontem com as imagens de bombardeamentos em hospitais pediátricos e maternidades, a UNICEF aponta para que cerca de quinhentas mil crianças ucranianas são neste momento refugiadas. Propomos que a Assembleia Municipal do Seixal, reunida na primeira sessão extraordinária deste ano, delibere que sejam desenvolvidas as ações necessárias ao acolhimento das famílias de refugiados de guerra, sempre em articulação com a responsabilidade que também cabe ao Governo e que contemple a necessária integração na sociedade, nomeadamente através da língua, da escola e do trabalho e que interceda também junto da área metropolitana para que essas não sejam dependentes ilhas de municípios isolados, mas sim frutos de uma, frutos de uma rede estruturante que prestigie a nossa região. Obrigado.”

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “ Passamos para a Recomendação, Recomendação “Acolhimento de refugiados ucranianos no Seixal”, é do CHEGA,subscrita por Nuno Capucha, tem a palavra Nuno Capucha.”

Nuno Capucha do CH disse: “Minhas senhoras e meus senhores, boa noite. Também não me vou alongar em considerações, penso que já todos terão oportunidade de ler a moção que apresentei, em nome do partido CHEGA vou aqui fazer apenas um sublinhado, escrevi que neste momento as temperaturas na Europa oriental atingem valores negativos, podemos facilmente imaginar o sofrimento causado pelo frio, pela fome e pela tensão de guerra ou de quem foge da guerra na população. Eu gostaria apenas de ilustrar este, este sofrimento, esta situação com um caso que eu hoje tive conhecimento contactando um amigo que está em Cracóvia, na Polónia, está ligado a uma organização religiosa que tem tentado ajudar os refugiados, conseguem ajudar cerca de 70 pessoas, mas garantem que há muitas mais nas ruas de Cracóvia ao frio, situações que nos devem interpelar, crianças a dormir em cima de malas, enfim, um cenário de desespero que os Polacos obviamente tentam, tentam ajudar com o que podem, mas sem dúvida não podem fazer tudo. E por isso, o partido CHEGA propõe que a Assembleia Municipal do Seixal delibere, recomendar que a Câmara Municipal do Seixal, em articulação com juntas de freguesia, com a comunidade ucraniana residente no concelho e com as associações de apoio aos emigrantes sediados no município, determine o número máximo de refugiados que pode acolher e que acrescentaria agora, um número bem generoso. Determinado esse número, recomenda que a Câmara providencie os meios de transporte para transportar os refugiados até ao Seixal. Disse.”

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Intervenções para apreciação destes documentos. Armando Farias, Ivo Loures, Mário Macedo, para já, se faz favor. Armando Farias.”

Armando Farias da CDU disse: “Obrigado senhor presidente. Relativamente à guerra, nós tivemos na última Assembleia uma discussão profunda sobre isso, vou-me centrar agora no tema principal que é a questão dos refugiados, de resto, é esse o foco das, de qualquer das três, das três moções. Relativamente à moção do Partido Socialista, ao contrário do que o Partido Socialista diz, o município não chegou agora à paz, o município desde sempre foi município pela paz, desde sempre.



Assembleia Municipal do Seixal

Ata nº 02/2022

1.ª Sessão Extraordinária – 10 de março de 2022

Não é de ontem, nem da semana passada, desde sempre. Dou apenas duas referências, em relação aos projetos que tem vindo a desenvolver, em relação às comunidades que também engloba muitas vezes deslocados e refugiados e são vários os projetos que têm vindo a desenvolver, já agora convido para o próximo evento intercultural que vai realizar no pavilhão Alto do Moinho, onde vão estar lá muitos países, cerca de duas dezenas de países de todo o mundo, também países da comunidade de língua portuguesa e, portanto, o Seixal é um exemplo no país sobre o trabalho que faz com as comunidades, incluindo comunidades emigrantes, incluindo também deslocados e refugiados e, por outro lado, porque o próprio município coordena o movimento dos municípios pela Paz e já agora também lembrar os municípios pela paz que estão neste, neste, nesta rede são todas as forças partidárias, ou seja, são presidentes de Câmaras, são municípios e presidentes das diferentes forças partidárias, portanto, penso que relativamente a isto não deve haver nenhuma, nenhuma dúvida. Depois, relativamente a outros aspetos constantes da moção, mais nos aspetos deliberativos, nós verificamos que não há, não é dito nada sobre a responsabilidade que cabe ao Governo nesta matéria e o Governo tem também responsabilidades nesta matéria, a articulação dos municípios tem que ser feita com o Governo e sobre isto passam uma esponja e não dizem nada, o que se pode considerar que o Governo se calhar está a pensar não fazer, fazer pouca coisa sobre isto. Depois, relativamente à questão de mudar as ruas quer dizer, isto até parece que é brincadeira, quer dizer, mudar uma rua, uma Alameda que é a Alameda dos Bombeiros Voluntários, não é, isto até parece que é brincadeira, isto até parece que é uma provocação aos próprios bombeiros aqui da nossa terra, e, portanto, não faz o mínimo sentido. E depois, naturalmente, que esta história de dar nomes às ruas, pintar o município e não sei o quê, quer dizer isto é a pedido do freguês, amanhã quando houver uma nova guerra, já vão dizer, não, esta guerra não, esta guerra não estamos de acordo com isso. Não pode ir-se por este caminho, por isso, pensamos que de facto a questão dos refugiados é uma questão muito importante, mas se vão por este caminho vão mal, não é? Porque não se pode fazer política oportunista através da dor dos refugiados e sobre isto em relação à moção do Partido Socialista. Em relação à moção do CHEGA, nós pensamos que as ações devem ser todas aquelas quanto possíveis para acolher aquilo que for possível em relação aos refugiados e não é aqui com quotas, aliás, a questão das quotas tem muito que se lhe diga, porque nós olhamos para as quotas e também aqui é por opção do freguês. Quando são deslocados e refugiados de África eles vão para o fundo do mediterrâneo, ninguém se preocupa com isso, ou então há quotas de entrada e, nós não estamos de acordo com essa perspetiva e relativamente a isto pensamos que a moção do Bloco, naturalmente se fosse o nosso texto não era este, era outro, porque quando se fala aqui no Afeganistão, na Etiópia, na Ucrânia nós podíamos acrescentar Palestina, Saara Ocidental, o Líbano e por aí fora e, portanto, é evidente, essa é uma evidência, mas que consideramos que no fundamental coloca as questões corretas, isto é, as ações que o município deve fazer articulando com o movimento associativo do município e articulando com o Governo que tem as suas responsabilidades para fazer o melhor possível no acolhimento dos refugiados. E é por isso que nós vamos votar contra a moção do PS, pelas razões que dissemos. É por isso que vamos votar contra a moção do CHEGA pelas razões que referimos e vamos votar a moção do Bloco de Esquerda. Obrigado.”



Assembleia Municipal do Seixal

Ata nº 02/2022

1.ª Sessão Extraordinária – 10 de março de 2022

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Ivo Gomes, se faz favor.”

Ivo Gomes do PAN, disse: “Muito obrigado senhor Presidente, muito obrigado senhor Presidente, boa noite a todos. Quero apenas fazer o reparo relativamente à proposta do PS, nós subscrevemos na íntegra, exceto o ponto 5 da deliberação, parece-me, é uma medida um bocadinho em cima do joelho? Estar a mudar já o nome das ruas? 15 dias depois? Parece-me exagerado porque tudo o resto, totalmente de acordo, servir um bocadinho de caixa de eco do que o eleito Armando acabou de dizer, portanto, qualquer medida que o concelho decida tomar, deve ser sempre em consonância com o poder central, portanto não pode, acho, achamos nós, que não pode cada concelho estar a tomar as suas medidas independentemente e fazer os seus esforços, deve sim, conciliar esforços diretamente com o poder central, para assim então darmos uma resposta ativa e séria para ajudar os refugiados, agora mudar o nome de ruas? Já? É mesmo necessário? Disse.”

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Mário Macedo, por favor.”

Mário Macedo do BE, disse: “Senhor Presidente, senhores deputados. Em relação, relativamente à moção apresentada pela senhora deputada Telma, o Bloco votará a favor da moção, o Bloco está sempre ao lado de quem foge da guerra, o Bloco está sempre ao lado da paz, mas não podemos deixar de referir duas coisas. Nós achamos que a Câmara tem responsabilidades, achamos que a Câmara deve liderar pelo exemplo, mas não nos podemos esquecer de outros atores, nomeadamente o Governo que tem um papel importante nesta dimensão, e que deve também ser referido nesta moção. E nós também não nos opomos à troca de nomes das ruas do nosso concelho, nós achamos que a nossa geração tem o direito de deixar a sua marca no espaço público e este direito não está apenas reservado à geração dos nossos pais ou dos nossos avós, mas nós pedimos mais cautela e reflexão. Porquê esta avenida e não outra? Porquê Heróis da Ucrânia e não solidariedade com a Ucrânia, por exemplo? Achamos que é uma proposta demasiado prematura e feita demasiado rápida, que carece de uma reflexão mais aprofundada. Obrigado.”

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Tomás Santos, se faz favor.”

Tomás Santos do PS, disse: “Bom, então vamos lá. Ponto número um, o Governo não está a fazer nada, bom está, o Governo, para além de todas as ações que está a fazer no território português, e se consultar a página do Governo vai lá ver, se calhar fazia falta, o Governo tem lá uma delegação, tem na Polónia, para receber refugiados, uma delegação do IEF, uma delegação do SEF e o próprio do Secretário de Estado da Internacionalização, se isto é não fazer nada, então não sei. Outra questão, é as Câmaras Municipais, e também não é verdade que no âmbito das Câmaras Municipais estejam todas a agir da mesma maneira, a Câmara Municipal de Almada, não está a agir da mesma maneira que a Câmara Municipal do Seixal, já fez muito mais pela Ucrânia do que a Câmara Municipal do Seixal fez, mas também não é no município do Seixal também nem toda a gente está a agir da mesma maneira, porque a freguesia de Fernão Ferro, teve que ir colaborar com a Câmara Municipal de Almada porque a Câmara Municipal de Seixal não está a fazer aquilo que a Câmara Municipal de Almada, ou que o Governo de Portugal estão a fazer. Mas, dizer outra coisa, relativamente à questão da rua, eu acho que convém ler melhor a moção porque o que a moção diz



Assembleia Municipal do Seixal

Ata nº 02/2022

1.ª Sessão Extraordinária – 10 de março de 2022

não é a substituição da rua inteira, é a substituição do troço da Câmara Municipal e perguntaram aqui porque é que era esta rua? Por uma razão muito simples, porque esta rua só tem uma morada, este troço que a gente fala só tem uma morada, que é a Câmara Municipal, mas, também diz outra coisa que é, perguntava, é mesmo necessário? Países como a Lituânia, países como a Letónia, a Estónia, mudaram, não mudaram uma rua qualquer, mudaram a rua da embaixada da Rússia no país e aqui o ponto é muito simples, é que esta, não há guerras mais importantes, nem guerras menos importantes, nisso estamos todos de acordo, mas esta guerra é uma alteração do paradigma da Europa que nós temos conhecido até hoje e daí a sua importância. E, por outra razão que é um desastre humanitário tão evidente, tão claro que acho que não deixa qualquer dúvida da necessidade de agirmos perante isto, agora dizem-me assim, é necessário? Não é a questão de ser necessário, é que a política também é feita do simbólico, a política começa no simbólico e, por isso, do ponto de vista simbólico esta é uma ação que nós julgamos ser adequada e pertinente. Obrigado.”

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Pergunto se há mais alguma intervenção para fecharmos a ronda? Belchior, Capucha. Rui Belchior se faz favor.”

Rui Belchior do PSD, disse: “Obrigado senhor presidente, mais uma vez. Nós votaremos a favor das moções aqui apresentadas do Bloco de Esquerda, do CHEGA e do PS embora temos que ser intelectualmente honestos, também consideramos, até por uma questão de todos saberem, é do conhecimento geral, que em termos de toponímia este concelho tem inúmeras ruas repetidas, enfim, é quase proibido dizer-se que há um conjunto de avenidas MFA, antifascistas, 25 de abril, primeiro de maio, etc. e portanto haveria certamente lugar à atribuição deste nome, numa dessas inúmeras ruas que estão repetidas. Eu percebo que isto é uma tentativa, enfim, temos que dizer as coisas como elas são, provocatórias de espicaçar a CDU porque, e a culpa é da CDU ou do PCP, por muitos contorcionismos que dê ou malabarismos que faça, do ponto de vista da retórica, não consegue, vocês não conseguem demarcar-se disto, não conseguem condenar veementemente. Ora são contra a guerra, etc., mas o problema está feito, o mal está feito e vem na sua origem e vocês é a tal, a célebre, a célebre correlação de forças mundial, que vocês não conseguem admitir e portanto têm grandes dificuldades, eu não, por exemplo, não consigo perceber como é que, só por preconceito ideológico, podem votar contra a moção do CHEGA, o que é que a moção do CHEGA tem que não se possa votar aqui a favor? Sinceramente não compreendo, mas enfim, isso é um problema certamente da CDU e não meu nem do PSD, muito obrigado.”

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Mais intervenções, Tomás Santos.”

Tomás Santos do PS, disse: “Era rápido, não era nada de, de sequer controverso, era só explicar a razão da, da, de ser, aqui só ter uma morada, tem a ver exatamente com aquilo que o Rui Belchior dizia que, há de facto um problema de organização toponímica no concelho, e o facto, mas, mas a alteração de qualquer morada, seja ela qual for, implica alterações, as pessoas precisam de mudar a morada no cartão de cidadão, todas essas coisas, aqui neste troço não é ao acaso, a única coisa que mudava era a morada de um único, de uma única casa, de uma única morada, que era a da Câmara Municipal, obrigado.”



Assembleia Municipal do Seixal

Ata nº 02/2022

1.ª Sessão Extraordinária – 10 de março de 2022

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Ora, proponentes, quem pretende intervir, , Mário Macedo, Nuno Capucha, se faz favor.”

Nuno Capucha do CH, disse: “Bom, eu de facto não percebo a celeuma que este assunto está a causar, ou melhor, percebo que obviamente o Partido Comunista como moralmente cúmplice por defender uma ideologia que cometeu das maiores atrocidades no século XX, compreendo que tenham que dar grandes piruetas para justificar o injustificável. Eu vou repetir-me, eu disse um número generoso, em bom português o que disse quer dizer, quer dizer, o maior número de pessoas que se conseguir acolher, não vou propor uma coisa demagógica, abrindo indiscriminadamente as portas porque não podemos acolher o número de pessoas que se calhar devemos, temos que ser realistas. E gostaria de fazer aqui uma distinção entre o que é um refugiado de guerra e um emigrante em busca de melhores condições de vida. Eu falo com inspetores do SEF que dizem que esses emigrantes que são recolhidos no mediterrâneo, a grande aspiração deles é entrarem no espaço europeu através de Portugal e porem-se o mais rapidamente a andar, para alcançarem o mais rapidamente possível países como Alemanha e França, que têm as condições de vida que eles sonham. Disse.”

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “ Vamos passar à votação. Moção do PS. A moção foi aprovada com os votos a favor do PS, do PSD, do Bloco de Esquerda, do Chega e do PAN, 15 votos contra da CDU, 1 abstenção da CDU e dos eleitos independentes.”

Votação ponto II.2.

Aprovada a Tomada de Posição nº 15/XIII/2022 por maioria e em minuta com:

Dezanove (19) votos a favor dos seguintes eleitos:

- Do grupo municipal do PS: 12
- Do grupo municipal do PSD: 3
- Do grupo municipal do BE: 2
- Do grupo municipal do CH: 1
- Do grupo municipal do PAN: 1

Quinze (15) votos contra dos seguintes eleitos:

- Do grupo municipal da CDU: 15

Três (3) abstenções dos seguintes eleitos:

- Do grupo municipal da CDU: 1
- Do Independente Henrique Rodrigues: 1
- Do Independente Soraia Rosário: 1

Armando Farias da CDU, disse: “ Senhor presidente é apenas para dizer que apresentaremos uma declaração de voto nos termos regimentais.”



Assembleia Municipal do Seixal

Ata nº 02/2022

1.ª Sessão Extraordinária – 10 de março de 2022

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Obrigado. Passamos então para a moção do Bloco de Esquerda. Portanto a moção do Bloco de Esquerda foi aprovada com os votos a de todos os grupos municipais, e pelos deputados independentes e com uma abstenção da CDU.”

Votação ponto II.3.

Aprovada a Tomada de Posição nº 16/XIII/2022 por maioria e em minuta com:

Trinta e seis (36) votos a favor dos seguintes eleitos:

- Do grupo municipal da CDU: 15
- Do grupo municipal do PS: 12
- Do grupo municipal do PSD: 3
- Do grupo municipal do BE: 2
- Do grupo municipal do CH: 1
- Do Independente Henrique Rodrigues: 1
- Do Independente Soraia Rosário: 1
- Do grupo municipal do PAN: 1

Uma (1) abstenção de um eleito do Grupo Municipal da CDU.

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Passamos para outra moção que é do CHEGA. Esta moção do CHEGA foi aprovada com os votos a favor do PS, do PSD, do Bloco de Esquerda, do CHEGA e do PAN e dos deputados independentes, uma abstenção da CDU e voto contra da CDU. Declarações de voto? Nuno Capucho, se faz favor.”

Votação ponto II.4.

Aprovada a Tomada de Posição nº 17/XIII/2022 por maioria e em minuta com:

Vinte e um (21) votos a favor dos seguintes eleitos:

- Do grupo municipal do PS: 12
- Do grupo municipal do PSD: 3
- Do grupo municipal do BE: 2
- Do grupo municipal do CH: 1
- Do Independente Henrique Rodrigues: 1
- Do Independente Soraia Rosário: 1
- Do grupo municipal do PAN: 1

Quinze (15) votos contra dos seguintes eleitos:

- Do grupo municipal da CDU: 15



Assembleia Municipal do Seixal

Ata nº 02/2022

1.ª Sessão Extraordinária – 10 de março de 2022

Uma (1) abstenção de um eleito do Grupo Municipal da CDU.

Nuno Capucha do PSD em declaração de voto disse: “Eu vou usar a declaração de voto para referir algo que, por lapso, me esqueci de referir que de facto votei a favor, o CHEGA votou a favor da declaração do PS, porém considero que esta alteração do nome das ruas, sinceramente, é escusada, é precipitada. Disse.”

II.5. O Grupo Municipal do PSD apresentou uma Saudação – 08 de Março: Dia Internacional da Mulher, subscrita por Maria Luísa Gama.

(Documento anexo à ata com o número 5).

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Passamos para o documento seguinte que é do PSD, saudação 8 de março, dia internacional da mulher, subscrita por Maria Luísa Gama, tem a palavra se faz favor.”

Maria Luísa Gama do PS disse: “Boa noite a todos. Não vou ler o documento porque penso que toda a gente teve acesso a ele antecipadamente, decidimos apresentar esta saudação, também como um reforço, não só pelo dia internacional da mulher, é um momento como digo aqui em que decorre o fórum da igualdade, iniciativa da presidência francesa, mas organizada por Portugal que é ao mesmo tempo também convidado de honra. E, é então uma ocasião apropriada para assinalar este tópico, um tópico de alerta, de sensibilização para, da sociedade para as, não só para as disparidades, mas tal como eu digo aqui a certa altura, como dizemos aqui, para assinalar a violência doméstica, problema que consideramos uma chaga social ainda em pleno século XXI. E passo só a ler as deliberações, portanto a Assembleia Municipal do Seixal reunida em sessão extraordinária no dia 10 de março de 2022 delibera saudar o dia internacional da mulher e congratular todas as associações, movimentos e instituições que lutam contra a discriminação e violência contra as mulheres. Obrigada.”

II.6. O Grupo Municipal do PS apresentou uma Moção “Pelas Mais Belas Rosas do Jardim – Direito à Igualdade e Não Discriminação”, subscrita por Fátima Carvalho.

(Documento anexo à ata com o número 6).

O Presidente da Assembleia Municipal disse: Obrigada, passamos ao documento seguinte, apresentada é Fátima Carvalho, estamos em condições, se faz favor Fátima.”

Fátima Carvalho do PS, disse: “Boa noite a todos. Embora não seja uma saudação, mas acaba por ser também, só vimos apresentar em jeito de moção, porque aproveitamos a ocasião, o dia internacional da mulher para relembrar o direito à igualdade e à não discriminação, passo a ler. Oficialização do dia internacional da mulher pela organização das nações unidas, em 1977, reconhece décadas de lutas sociais, políticas e económicas das mulheres e pela sua importância é celebrada em mais de 100 países. Insistir em relembrar, denunciar e trazer ao debate político o flagelo da discriminação em razão do género é a melhor homenagem que podemos prestar à mulher pelo seu papel ativo na construção de uma sociedade mais igualitária e solidária, sabido ser ainda estar distante o caminho entre os esforços e os resultados alcançados. As sociedades não



Assembleia Municipal do Seixal

Ata nº 02/2022

1.ª Sessão Extraordinária – 10 de março de 2022

forem capazes de interpretar a diferença de sexo para além da perspetiva sócio biológica que Richard Dawkins que cativa a espécie ao génio egoísta de macho explorador renuncia toda a caminhada evolutiva do contexto, peço desculpa, toda a caminhada evolutiva do complexo cérebro homínido e que permitiu a revolução cultural. E cada pessoa que pela sua determinação genética for minimizada, segregada e privada dos seus direitos é ainda representativa da estagnação ou mesmo de retrocesso de conquistas de várias civilizações. O flagelo da violência de género, que se manifesta em desigualdades no acesso ao mercado de trabalho e na economia, na literacia digital, na economia, na educação para a cidadania, na ciência e tecnologia, na dificuldade de conciliação entre a vida profissional e a vida familiar ou mesmo motivadora da violência doméstica entre muitos outros fenómenos de discriminação tendem a empurrar a mulher para um lugar menor, devem ser veementemente condenados e solidariamente combatidos também no quadro legal promotor da defesa dos direitos humanos. As mulheres merecem mais do que as belas rosas de jardim e com a guerra na Ucrânia avizinha-se mais um momento de grande teste à determinação e à coragem feminina, com as milhares, milhares e milhares de mulheres, encontram-se em marcha pela Europa carregando consigo as suas crianças e os seus idosos, mas também é o momento e a oportunidade para o mundo e para o povo português mostrar o seu espírito de solidariedade e de entidade coletiva, o Seixal não pode ser exceção. Independentemente da interpretação que cada um faz da guerra, é urgente expressar institucionalmente o apoio a estas mulheres e às suas famílias porque é importante que o município permaneça firme na defesa dos direitos humanos e cooperante na prossecução da estratégia nacional para a igualdade e não discriminação, os eleitos do Partido Socialista propõem que a Assembleia Municipal delibere que a Câmara Municipal do Seixal manifeste a sua tomada de oposição quanto ao acolhimento e integração dos refugiados e seus familiares dependentes que em contexto de guerra chegam ao concelho. Que a Câmara implemente com carácter prioritário o seu novo plano de ação municipal para a igualdade de género que deverá ser transversal a todas as áreas de intervenção da política local e inclua medidas efetivas para a mitigação do problema decorrente da pandemia da COVID19 que veio fomentar a pobreza feminina. Ainda que a autarquia contribuía para o alargamento da rede nacional de apoio às vítimas de violência doméstica com respostas especializadas, nomeadamente criação de gabinetes de apoio à vítima e casa abrigo. Que sejam desenvolvidos programas de capacitação e empoderamento feminino, através da valorização de projetos liderados por mulheres que contribuam para a sua autonomia e independência económica. Que a paridade seja defendida em todas as representações autárquicas e concursos públicos locais, sejam privilegiados orçamentos sensíveis ao género e de pacto de género. Que seja apoiado o associativismo local na implementação de projetos para a eliminação de estereótipos de género e para a promoção da igualdade. Por fim, pedimos que sejam aplaudidas todas as mulheres que integram esta Assembleia, que embora não sejam ainda representativas da defendida paridade colocam ao serviço da população e do bem comum à sua determinação, incluindo no debate político autárquico a perspetiva feminina. Dar conhecimento às instituições que também têm a moção que poderão ver. Muito obrigada.”



Assembleia Municipal do Seixal

Ata nº 02/2022

1.ª Sessão Extraordinária – 10 de março de 2022

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Muito obrigado, temos duas, uma moção e uma saudação em discussão. Quem desejar intervir faça favor. Maria João Louro tem a palavra.”

Maria João Louro da CDU disse: “Boa noite a todos. Nunca é demais reafirmar o papel da mulher na sociedade portuguesa e a luta pelo direito à igualdade na vida e à não discriminação. E é porque a Câmara Municipal do Seixal permanece firme nesta caminhada que a CDU acabou de aprovar a moção do Bloco de Esquerda, que recomenda desenvolver as ações necessárias ao acolhimento das famílias de refugiados de guerra, sempre em articulação com as ações cuja responsabilidade cabe ao Governo, que contempla a necessária integração na sociedade, nomeadamente através da língua, de escola e de trabalho. No que diz respeito ao plano de ação municipal para a igualdade de género, está a ser implementado e poderá ser enviada uma cópia para consultarem este mesmo plano. No que diz respeito aos gabinetes de apoio às vítimas de violência doméstica, os gabinetes de apoio estão em funcionamento em parceria com a CRIAR-T. No que diz respeito ao âmbito dos programas de capacitação e empoderamento feminino, a Câmara apoiou uma nova sede à associação das mulheres ciganas, que vai ser inaugurada no dia 25 de março de 2022, com um investimento de mais de cem mil euros. E hoje, gente da secretaria de estado para a cidadania e igualdade visitaram estas mesmas instalações, tendo tecido grandes elogios. Foi igualmente atribuída uma nova sede ao MDM - Movimento Democrático de Mulheres, que foi inaugurado no dia 08 de março de 2022. Acrescentamos ainda, que foram hoje assinados contratos de parceria para o desenvolvimento dos projetos PRR, dirigido às comunidades desfavorecidas em que tanto a associação de mulheres ciganas como o MDM são parceiros. Relativamente ao apoio ao associativismo local de implementação de projetos para a eliminação de estereótipos, a associação das mulheres ciganas e o seu apoio é o exemplo desta mesma situação. No que diz respeito à paridade nos concursos públicos locais, relembramos que a paridade tem que ser a que está definida na lei e, portanto, por último, dizer que acompanhamos a moção do PSD e pelas razões indicadas vamo-nos abster na moção do PS.”

O Presidente da Assembleia Municipal disse: Mais intervenções? Não havendo, dava a palavra ao Sr Vice Presidente da Câmara, Paulo Silva.”

O Vice Presidente da Câmara Municipal disse: “Boa noite a todos mais uma vez. Só dar aqui assim alguns dados concretos. No Seixal existe um gabinete de apoio à vítima, numa parceria entre a Câmara Municipal do Seixal e a CRIAR-T, portanto, não é preciso criarmos aquilo que já existe. 52% dos trabalhadores da Câmara Municipal do Seixal são mulheres, portanto nos concursos públicos locais e se virmos, dos 497 trabalhadores que foram contratados nos últimos anos para a Câmara, 51% são mulheres, portanto, há uma maioria de mulheres no número geral de funcionários da Câmara e também nos funcionários contratados nos últimos anos. Dos técnicos superiores da Câmara Municipal do Seixal, 67% são mulheres, portanto, a nível das chefias, dos técnicos superiores, uma grande maioria de mulheres, nos gabinetes de apoio ao presidente e vereadores, 75% dos membros são mulheres. A Câmara Municipal do Seixal aprovou recentemente a cedência de espaços para duas associações que defendem os direitos das mulheres, a igualdade de oportunidades, a sua capacitação e empoderamento, é o caso da AMUCIP e o MDM, associações



Assembleia Municipal do Seixal

Ata nº 02/2022

1.ª Sessão Extraordinária – 10 de março de 2022

que estão a fazer um trabalho aqui assim, no concelho do Seixal, nomeadamente a nível das comunidades desfavorecidas e têm tido grande apoio por parte da Câmara Municipal do Seixal que aprovou recentemente o plano Municipal para a igualdade de género e oportunidades e que irá começar a ser implementado, foi aprovado muito recentemente, penso que este mês. Era só estes esclarecimentos. Muito obrigado senhor presidente.”

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Ok, obrigado também. Pergunto aos proponentes e, portanto, em primeiro lugar a moção do PSD, Maria Luísa, se quiser intervir, moção saudação. Depois Fátima Aidil.”

Maria Luísa Gama do PSD disse: “Boa noite mais uma vez. Era só mais para deixar aqui um repto, talvez ali mais direcionado ao senhor vereador da cultura. Este ano passam 50 anos da publicação das novas cartas portuguesas das três Marias, penso que toda a gente conhece, bem como se celebra o centenário de nascimento de Agustina Bessa Luís, portanto, penso que será uma bela maneira de assinalar, não conhecendo eu a programação e os eventos que possam estar programados nesta área, mas lanço aqui o repto de celebrar estas quatro mulheres, obrigada.”

Fátima Aidil do PS disse: “Apenas para recordar que o plano a que o senhor vice-presidente se referiu, o novo plano, obviamente que se foi aprovado o mês passado, ainda não temos conhecimento dele, mas recordar que o plano anterior, durante o período todo da pandemia, não houve nenhum plano em execução, o plano, o plano tarda, se existe já tarda. Quanto à casa abrigo, ainda é uma reivindicação, não existe e o atendimento do gabinete à vítima também é recente este protocolo e sabemos bem que há uma grande diferença entre protocolos e a implementação das medidas. Aquilo que aqui recordamos é que é preciso fazer mais, aumentar a rede e atender às novas necessidades, continuamos em pandemia e agora confrontamo-nos com a questão das refugiadas, nunca é demais recordar e também estamos aqui para apoiar na construção destas redes. Obrigada.”

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Obrigado, só para um esclarecimento que foi suscitado. Senhor Vice-Presidente. Em relação à questão da programação.”

O Vice Presidente da Câmara Municipal disse: “Em relação à programação, vai a devida nota, dizer que vamos ter a programação cultural (**impercetível**) por quanto e já estamos a trabalhar nisso, comemora-se este ano o centenário de José Saramago que também iremos assinalar, os 80 anos do nascimento de Adriano Correia de Oliveira que também iremos assinalar e também iremos tomar em devida nota a indicação e a proposta apresentada aqui assim pela senhora eleita. Quanto às questões levantadas pelo Partido Socialista, portanto, eu aconselhava o Partido Socialista a conhecer a realidade para não dizer aquilo que não se passa, portanto. Relativamente ao gabinete de apoio à vítima ele existe, está contratualizada a parceria, em que também participam a segurança social e a CRIAR-TE que é a entidade que está a desenvolver o projeto. Quanto à questão da casa abrigo, a indicação que temos a nível da rede distrital é que não há, portanto, a resposta existente pela segurança social é suficiente a nível de casas abrigo, não se justificam novas casas



Assembleia Municipal do Seixal

Ata nº 02/2022

1.ª Sessão Extraordinária – 10 de março de 2022

abrigo porque trabalha-se em rede distrital. Quanto ao plano Municipal para a igualdade de género e de oportunidades, ele iniciou-se no concelho do Seixal, em 2002. Houve um primeiro plano que vigorou, depois houve o segundo plano que vigorou até 2021 e, portanto, não é verdade que durante a pandemia não houvesse qualquer plano em vigor, houve e agora aprovou-se a terceira versão do plano para vigorar até 2025, portanto, durante a pandemia houve um plano que era a segunda versão que esteve em vigor até 2021.”

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Obrigado, vamos passar à votação. Saudação do PSD, dia internacional da mulher. Esta saudação foi aprovada com votos a favor da CDU, do PS, do PSD, do Bloco de Esquerda, do PAN e dos eleitos independentes e a abstenção do CHEGA. Alguma declaração de voto? Então passamos para a votação da moção do PS, pelas mais belas rosas do jardim. A moção foi aprovada com os votos a favor do PS, do PSD, do Bloco de Esquerda, do PAN e dos eleitos independentes, há a abstenção da CDU e o voto contra do CHEGA. Alguma declaração de voto? Nuno Capucha.”

Aprovada a Tomada de Posição nº 18/XIII/2022 por maioria e em minuta com:

Trinta e seis (36) votos a favor dos seguintes eleitos:

- Do grupo municipal da CDU: 16
- Do grupo municipal do PS: 12
- Do grupo municipal do PSD: 3
- Do grupo municipal do BE: 2
- Do Independente Henrique Rodrigues: 1
- Do Independente Soraia Rosário: 1
- Do grupo municipal do PAN: 1

Uma (1) abstenção do grupo municipal do CH.

Aprovada a Tomada de Posição nº 19/XIII/2022 por maioria e em minuta com:

Vinte (20) votos a favor dos seguintes eleitos:

- Do grupo municipal do PS: 12
- Do grupo municipal do PSD: 3
- Do grupo municipal do BE: 2
- Do Independente Henrique Rodrigues: 1
- Do Independente Soraia Rosário: 1
- Do grupo municipal do PAN: 1

Um (1) voto contra do grupo municipal do CH.



Assembleia Municipal do Seixal

Ata nº 02/2022

1.ª Sessão Extraordinária – 10 de março de 2022

Dezasseis (16) abstenções do grupo municipal da CDU.

Nuno Capucha do CH em declaração de voto disse: “Vou-me centrar num aspeto muito específico o documento do PS que levanta uma questão que o próprio PS através do seu Governo introduziu nas escolas. Através da chamada ideologia de género e através da disciplina de cidadania e desenvolvimento, que a distinção entre sexo, sexo, biologia e género construção cultural e mental e hoje em dia uma das componentes ou componente mais polémica da disciplina de cidadania e desenvolvimento é estabelecer esta distinção e dizer às crianças tu podes ser o que quiseres. Esta não é uma ideia minha, esta é uma ideia do ex-deputado do Bloco de Esquerda, Miguel Vale de Almeida que eu aqui repito e é a escola obviamente que vai ajudar as crianças a auto determinarem-se. E depois de tantos milhões gastos em **(imperceptível)** há cada vez mais notícias sobre bullying, sobre violência e abusos sexuais nas escolas portuguesas e claro, muitas, mas muitas crianças confusas quanto à sua própria identidade sexual, a acabarem nos consultórios de psicólogos e psiquiatras. Não vou obviamente percorrer o documento do PS, salto aqui uma ou duas questões que me chamam a atenção. Esta questão do empoderamento quando creio que se deve falar sobretudo de dignidade, ajudar as pessoas, sejam homens, sejam mulheres a alcançarem a sua dignidade. Empoderamento é uma palavra brasileira que lembra sempre mulheres masculinizadas que não depilam, a gritarem slogans marxistas. Que sejam privilegiados orçamentos sensíveis ao género então e a constituição portuguesa não diz que não podemos discriminar em função do nosso sexo, da nossa religião, etc. E começamos sempre, e termino como comecei, com esta questão da eliminação dos estereótipos de género, acabamos sempre a bater na mesma tecla, parece que não há distinção entre os sexos, os seres humanos são uma grande esponja que depois se podem inserir naquilo que querem, quando sabemos que na prática não é assim. Disse.”

II.7. A Eleita Independente Soraia Rosário apresentou uma Moção “Penso...logo Debató!”.

(Documento anexo à ata com o número 7).

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “passamos para o documento seguinte que é da eleita independente Soraia Rosário moção “Penso... logo Debató”,se faz favor.”

Soraia Rosário, eleita Independente, disse: “Boa noite a todos os presentes. Para começar, nas palavras de Joseph Jober é melhor debater uma questão sem a resolver, do que resolver uma questão sem a debater, os grandes debatedores da nossa história ajudaram a mudar o mundo em que vivemos, assim como a resolver muitas das questões da sociedade. A arte de debater tem uma gama de benefícios, tais como, o controlo das emoções, a confiança, a consciência social, entre muitos outros. É dito e sabido que a juventude é umas das pedras basilares da sociedade, a formação plena e equilibrada de um jovem traduzir-se-á num adulto ativo e produtivo da sociedade. Introduzir a prática de debate na vida dos jovens é um feito extraordinário, pois estaremos a disponibilizar ferramentas que permitirão aos jovens adquirir competências transversais e essenciais para o seu sucesso como membro da sociedade. Caso a proposta seja aprovada gostaria de estender um convite aos partidos políticos aqui presentes, mais concretamente às juventudes partidárias, para participarem nesta iniciativa e exercerem um papel de exemplo e incentivo. Para terminar, houve aqui uma alte-



Assembleia Municipal do Seixal

Ata nº 02/2022

1.ª Sessão Extraordinária – 10 de março de 2022

ração na minha proposta, queria informar a mesa, em que no formato do debate em vez de, para substituir, onde diz o debate deverá ter os seguintes elementos, passar para que, o número de elementos considerado adequado e na plateia terá a intervenção da plateia no próprio debate. Os temas serão em vez de sorteados, decididos no momento do evento, com a participação dos próprios jovens participantes no debate, eu poderei depois fazer a alteração e enviar à mesa. Disse. Obrigada.”

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Intervenções em relação a esta moção, quem é que pretende intervir? Armando Farias.”

Armando Farias da CDU disse: “É só uma questão regimental senhor presidente. Estamos de acordo com a moção, mas onde está deliberação pensamos que deve estar recomendação.”

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Recomendação. Esta é uma questão que naturalmente a proponente tem que...”

Soraia Rosário, eleita Independente, disse: “Sim, eu farei a alteração.”

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Ok, muito bem, sim senhora. Substitui delibera por recomenda, não é? Muito bem, creio que em relação às propostas, que as alterações que foram anunciadas pela proponente, elas estão percebidas. Mais inscrições, David Martins, se faz favor.”

David Martins do PSD disse: “Boa noite a todos, cumprimento-vos a todos na pessoa do senhor presidente da Assembleia. Só venho questionar a senhora eleita, em que moldes é que pretende fazer isto, se é tentar inserir isto no ambiente escolar, extra curricular ou promovido pela Câmara de uma forma mais ad hoc, eu queria questionar nesse sentido. Outra questão, não é bem uma questão, mas sim uma inclinação que nós pensamos enquanto PSD é que tentamos recomendar o conselho municipal da juventude há imenso tempo, onde isto sim pode ser feito, onde pode haver debates pela juventude e que é sempre contra reiteradamente pela CDU e que pelos vistos, neste caso, já estão a favor deste tipo de, de debates, deste tipo de ações pela, pela Câmara. E é só, obrigado.”

O Presidente da Assembleia Municipal disse: Pergunto se há mais alguma intervenção? Se há mais alguma intervenção. Creio que não há registo de pedido de intervenção. Proponente se pretender intervir, faz favor.”

Soraia Rosário, eleita Independente, disse: “Para responder ao deputado e à questão que ele fez no formato de debate era para dizer uma vez depois de consultar aqui com o vereador e vice-presidente, onde ele diz que já estão a haver intervenções diretamente na escola, com a disciplina de cidadania, onde há debates em questão, neste caso seria um evento realizado na Câmara com, aqui neste caso a frequência que se ache adequada e será, por exemplo, isto digo eu, off record, por exemplo aqui na biblioteca, poderá ser feito um evento onde os jovens poderão ir, não só da escola X ou da escola Y, mas do concelho inteiro. Disse.”

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Muito bem, obrigado, passo a palavra ao senhor vice-presidente, se faz favor.”



Assembleia Municipal do Seixal

Ata nº 02/2022

1.ª Sessão Extraordinária – 10 de março de 2022

O Vice Presidente da Câmara Municipal disse: “Muito boa noite. Portanto dar aqui esta informação, no âmbito do Março Jovem está a decorrer, iniciámos este tipo de debates nas escolas em workshops de cidadania, com turmas do secundário e que, por acaso, estão a decorrer durante esta semana, já tivemos na José Afonso, hoje foi na secundária de Amora em que eu estive presente, José Afonso, João de Barros, Manuel Cargaleiro e amanhã será na Alfredo Reis Silveira, portanto estão a decorrer estes debates, portanto em que são lançados desafios aos jovens, nomeadamente, o que é que eles acham do concelho, o que é que acham que se podia melhorar e estão a haver contributos muito interessantes, com muita participação dos jovens e que estamos a achar muito útil estes debates e tem sido falado com os professores de cidadania para se manterem estes debates e se aprofundarem os mesmos. Portanto, de qualquer maneira esta proposta apresentada pela senhora deputada independente vem de acordo ao que a Câmara iniciou esta semana e que iremos aprofundar com as nossas turmas, com os nossos alunos do ensino secundário.”

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Obrigado, passamos então à votação desta recomendação. A recomendação foi aprovada com os votos a favor da CDU, do PS, do PAN e dos eleitos independentes, a abstenção do PSD e do Bloco de Esquerda, voto contra do CHEGA. Alguma declaração de voto? Portanto há dois pedidos, Nuno Capucha, três, são três, certo? Nuno.”

Aprovada a Tomada de Posição nº 20/XIII/2022 por maioria e em minuta com:

Trinta e um (31) votos a favor dos seguintes eleitos:

- Do grupo municipal da CDU: 16
- Do grupo municipal do PS: 12
- Do Independente Henrique Rodrigues: 1
- Do Independente Soraia Rosário: 1
- Do grupo municipal do PAN: 1

Um (1) voto contra do grupo municipal do CH.

Cinco (5) abstenções dos seguintes eleitos:

- Do grupo municipal do PSD: 3
- Do grupo municipal do BE: 2

Nuno Capucha do CHEGA, em declaração de voto disse: “Bom, a minha declaração de voto, volto outra vez à questão da cidadania, onde creio que nunca se poderá, para haver debates nunca poderá haver uma igualdade, nunca haver uma igualdade entre quem tem uma opinião e os que têm outra opinião. A proponente falou aqui, referiu aqui a título de exemplo e é esse exemplo que eu vou pegar, as chamadas causas fraturantes que são decididas por exemplo, pelo Bloco e hoje em dia também pela IL e sobre os quais, repito, não existe uma garantia de pluralidade. O destaque, por exemplo, que é dado a nível social, a nível da comunicação social em temas como o aborto, é totalmente diferente quer seja a favor, ou contra, eu dou aqui um exemplo, que é um exemplo



Assembleia Municipal do Seixal

Ata nº 02/2022

1.ª Sessão Extraordinária – 10 de março de 2022

muito recente desta semana, que é um tanto ou quanto macabro, mas vou dizer aqui, onde uma senhora que vai participar num programa televisivo afirmou qualquer coisa deste género "fiz um aborto e o aborto fez-me sentir uma deusa", se não acreditam em mim, pesquise na internet. E, portanto, esta é uma questão nas escolas, quem defende posições contrárias ao aborto, à eutanásia, à ideologia de género, não tem acesso aos alunos, pelo contrário, quem defende, quem é a favor tem os portões abertos, para não dizer escancarados. Disse."

O Presidente da Assembleia Municipal disse: "Telma Lima, por favor"

Telma Lima do PS em declaração de voto disse: "Não sendo uma má ideia, pensamos que deve ser um pouco mais desenvolvida. O PS não tende a discordar, aliás, votamos a favor, não tende a discordar desta moção até porque temos propostas mais abrangentes na área da juventude, área essa que tende a ser um bocadinho esquecida no nosso concelho, aliás, o futuro centro cultural de Amora poderá e deverá ser aproveitado para este tipo de iniciativas. Esperemos é que ainda seja neste mandato."

O Presidente da Assembleia Municipal disse: " Rui Belchior"

Rui Belchior do PSD em declaração de voto disse: "Obrigado Sr. Presidente, mais uma vez. Bem, nesta Assembleia Municipal já foram aprovadas moções de criação do concelho Municipal de juventude três vezes, três vezes, repito, três vezes e sublinho. Nunca esse concelho foi implementado, mais, este concelho resulta do quadro legal, portanto nós não apoiamos, nem caucionamos vias alternativas, enquanto o concelho Municipal de juventude não for implementado, porque isto no fundo é a criação de uma via alternativa para no fundo fazer mitigar aqueles que pugnam pela criação deste concelho, repito, que resulta do quadro legal. Já agora, já agora, evidentemente não tenho nada a ver com isto, mas lá está, na liberdade que me confere o mandato no exercício do meu mandato, não posso deixar de dizer que estranho, é apenas uma, uma perceção minha que não posso deixar de relatar, que estranho a apresentação neste moldes que o apoio que foi aqui percebido por todos os que estão nesta Assembleia, é preciso dizer as coisas sem nenhum problema com isto, e portanto, isto é só para dizer que estarei mais atento ou estaremos mais atentos no futuro para ver se esta, esta associação vá, que se verificou aqui hoje, continuará. Até porque, e a estranheza vem daqui, tendo em conta que é uma eleita ou ex-eleita pelo CHEGA, evidentemente que é a título de exemplo, é exemplificativo, mas os temas que são aqui sugeridos, como sorteio, para serem sorteados na promoção deste evento, quer dizer poderia ser muito bem-vindo dos lados do partido como o Bloco de Esquerda, já nem sequer da CDU, estes temas nem sequer viriam da CDU, mas sempre de um partido como o que é, o Bloco de Esquerda. Portanto, de facto, há aqui coisas, que enfim, por aqui me fico, para não me adiantar mais, porque se não entrarei aqui no campo da especulação, também não quero entrar por aí. Muito obrigado."

O Presidente da Assembleia Municipal disse:

II.8. O Grupo Municipal da CDU apresentou uma saudação "Dia do Estudante e da Juventude", subscrita por Luís Ventura.



Assembleia Municipal do Seixal

Ata nº 02/2022

1.ª Sessão Extraordinária – 10 de março de 2022

(Documento anexo à ata com o número 8).

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Passamos para o documento seguinte que é da CDU, saudação dia do estudante e da juventude, Luís Ventura, tem a palavra, se faz favor”

Luís Ventura da CDU disse: “Obrigado e boa noite a todos os presentes. Este ano, assinalam-se os 60 anos da crise académica de 62 e os 75 anos da repressão do festival da juventude do mundo juvenil em Bela Mandil, em Olhão. As ações de resistência ao fascismo protagonizadas pelos estudantes e pela juventude e a resposta do aparelho repressor do regime, marcam importantes episódios da luta do povo português pela democracia e liberdade. As datas de 24 e 28 de março assinalam o dia nacional do estudante e da juventude, respetivamente. Comemorar estas datas, é comemorar o património de luta que fez germinar o Portugal fundado na revolução de abril, é um património que não se estanca no apreço das lutas do passado, mas que se encontra imbuído nas lutas do presente protagonizadas pelos estudantes e pela juventude. E há muito pelo qual os jovens lutam hoje em dia, se os estudantes são também obreiros de uma das maiores conquistas da nossa democracia, a escola pública, são ainda muitos os problemas que hoje atingem. Continuam a existir graves problemas materiais, como escolas com obras que se arrastam, equipamentos em falta ou salas desadequadas em tamanho e aquecimento, caso da escola secundária João Nuno de Barros e Manuel Cargaleiro. Continuam a existir falta de funcionários e se o número de alunos por turma já é elevado, o envelhecimento dos professores faz prever um grave problema nos próximos anos. Em muitas escolas pelo país, continuam a ser criados entraves ao associativismo estudantil, recuperando práticas antidemocráticas que foram banidas com a revolução de abril. Para além disso, os fatores socioeconómicos continuam a ser a maior barreira à promoção dos estudos e à elitização do ensino superior, com materiais e ferramentas de estudo inacessíveis a todos, fazendo com que os estudantes de meios mais carenciados tropecem em diversos obstáculos, com o ensino profissional desvalorizado e visto de uma forma de arredar os estudantes de graus mais elevados de ensino, o muro dos exames nacionais e os ainda elevados custos de frequência do ensino superior. Para os jovens que já começaram a trabalhar, os problemas não são menores, a par da afamada geração mais qualificada de sempre, continua-se a viver num país onde reina a política de baixos salários e a precariedade. O mundo do trabalho continua marcado pelos baixos salários, por força de uma lei que desequilibra a relação laboral em desfavor do trabalhador e reforçando a posição do patronato e que ataca os direitos dos trabalhadores, particularmente os mais jovens que ficam mais desprotegidos, com níveis maiores de desemprego, cerca de quatro vezes superior na área metropolitana de Lisboa, com carreiras profissionais menos atraentes e horários desregulados que dificulta a gestão da vida pessoal e familiar. Mas se os salários não sobem, o mesmo não se pode dizer do custo de vida, o preço da habitação continua a aumentar, os preços desregulados de energia atingem recordes e tardam a chegar respostas que permitam a emancipação dos jovens e poderem até criar família como é o caso de uma rede de creches públicas. Hoje um jovem caixa de supermercado no Rio Sul, recebe o salário mínimo nacional, ao lado dele tem um colega com mais de 20 anos de casa a receber o mesmo porque o salário mínimo comeu a tabela salarial, fruto dos estrangulamentos e boicotes do patronato à contratação coletiva. Este jovem para além das despesas básicas que lhe comem todo o salário ou o



Assembleia Municipal do Seixal

Ata nº 02/2022

1.ª Sessão Extraordinária – 10 de março de 2022

impossibilita de sair de casa dos pais, vê-se quase forçado a comprar carro para o qual já não tem dinheiro suficiente, porque fazendo o turno de fecho, já não tem transportes públicos para regressar a casa, criando constrangimentos extra a quem ainda há uns meses considerávamos essenciais e na linha da frente. Face a estes problemas, os estudantes e os jovens continuam a lutar por um ensino verdadeiramente universal e de qualidade, para condições de trabalho e vida dignas. Lutam como lutou a juventude nas jornadas que deram origem às efemérides que aqui saudamos. Considerando a relevância das iniciativas como a do dia nacional do estudante e do dia nacional da juventude, com destaque para as ações marcadas para o dia 24 de março para associações de estudantes do ensino básico, secundário e superior e a manifestação nacional da juventude trabalhadora no dia 31 de março, convocada pela CGTP-IN, a Assembleia Municipal do Seixal reunida na primeira sessão extraordinária, no dia 10 de março de 2022, assinala nos 60 anos da crise académica de 62 e os 75 anos da repressão do festival da juventude de 47, a importância destas datas na luta contra o fascismo e pela democracia e liberdade em Portugal. Saúda as comemorações e ações em torno do dia nacional do estudante e do dia nacional da juventude, não só na preservação da nossa história, mas como portadores da combatividade da juventude nos desafios do presente e do futuro.”

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Inscrições para apreciação desta saudação. Quem é que pretende intervir? Ana Jorge, se faz favor.”

Ana Jorge do PS disse: “Senhor presidente da Assembleia Municipal, senhor vice-presidente da Câmara, senhores eleitos, população, membros e trabalhadores deste município. Relativamente a esta saudação, e eu lembro que estamos a falar de uma saudação, repito, não percebemos o que é que uma saudação ao estudante e à juventude, a quem naturalmente saudamos, tem que ver com o envelhecimento dos professores, tem que ver com a falta de auxiliares de ação educativa, tem que ver com a falta de materiais escolares ou com o valor do salário, ou das condições laborais ou as obras nas escolas que se arrastam, entre outras. E já agora, porque não dá a Câmara Municipal do Seixal o exemplo e muda tudo isto nas escolas que são da sua responsabilidade? Com obras que também se arrastam, com escolas por construir, que obrigam à manutenção de turno duplo, que já vem desde antes do 25 de abril de 1974. Ora, tendo sido a Câmara do Seixal sempre da mesma orientação política, já teve tempo para resolver estas situações que são da sua inteira responsabilidade e não o fez. Mas claro, é mais fácil apontar o dedo e a responsabilidade aos outros, enquanto falamos dos outros, não falamos de nós. E já agora, quanto às obras da João de Barros a Câmara Municipal sabe que as obras estão a decorrer, claro que não podemos dizer a bom ritmo, tiveram muitas paragens, mas estão a decorrer. E por fim, e por fim saudamos naturalmente e, que é uma palavra que agora se tem dito muito, veementemente a juventude e os estudantes, mas não saudamos o aproveitamento reivindicativo feito à sombra desta, ou de qualquer outra saudação, pelo que o nosso sentido de voto será contra. Disse.”

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Mais intervenções? Não há mais intervenções, é isso? Bom, confirmando-se, é isso? Senhor vice-presidente, se faz favor.”

O Vice Presidente da Câmara Municipal disse: “Sobre esta saudação, só aqui dar o esclarecimento, o Centro Cultural de Amora tem um espaço que está no projeto e que vai ser construído, um espaço



Assembleia Municipal do Seixal

Ata nº 02/2022

1.ª Sessão Extraordinária – 10 de março de 2022

para o centro de apoio ao movimento associativo juvenil, portanto o Partido Socialista, não participa na vida do concelho e depois vem fazer afirmações que são totalmente erradas quando, nomeadamente, diz que o Centro Cultural de Amora não vai ter um espaço para a juventude. Vai ter, está no projeto e vai ser construído. Depois dar aqui assim a informação que no âmbito do dia da comemoração do dia da juventude e do estudante, e integrado no março jovem, vamos realizar em conjunto com as associações juvenis, um concerto no próximo dia 26 de março em que vão participar duas bandas do concelho o Malabá e os Wet Bed Gang. Muito obrigado.”

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Obrigado senhor vice-presidente. Proponente pretende intervir? Luís?”

Luís Ventura da CDU disse: “Obrigado. Só muito rapidamente, isto é uma saudação ao dia nacional do estudante e ao dia nacional da juventude, a razão de existir está escrita, acabou de ser dita, se não percebem a natureza reivindicativa destas datas é com o Partido Socialista. A questão dos professores, a questão das obras e tudo mais, saudar os estudantes, saudar a juventude sem estar, sem dizer nada sobre as condições que atravessam no dia-a-dia, não nos parece correto. Mais, sobre as obras em que nós estamos sempre a dizer que é problema dos outros, os estudantes quando estiveram impedidos, pela questão da pandemia, nos portões da escola a exigir a resolução dos seus problemas, exigiam ao Governo.”

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Vamos colocar à votação. A moção foi aprovada com os votos a favor da CDU e do Bloco de Esquerda, a abstenção do CHEGA, do PAN e dos Eleitos independentes e voto contra do PS e do PSD. Declarações de voto? Tomás Santos e depois Rui Gonçalves e Armando Farias.”

Aprovada a Tomada de Posição nº 21/XIII/2022 por maioria e em minuta com:

Dezoito (18) votos a favor dos seguintes eleitos:

- Do grupo municipal da CDU: 16
- Do grupo municipal do BE: 2

Quinze (15) votos contra dos seguintes eleitos:

- Do grupo municipal do PS: 12
- Do grupo municipal do PSD: 3

Quatro (4) abstenções dos seguintes eleitos:

- Do grupo municipal do CH: 1
- Do Independente Henrique Rodrigues: 1
- Do Independente Soraia Rosário: 1
- Do grupo municipal do PAN: 1



Assembleia Municipal do Seixal

Ata nº 02/2022

1.ª Sessão Extraordinária – 10 de março de 2022

Armando Farias da CDU em defesa da honra disse: “Senhor presidente. Percebe-se que estamos numa era de inquisições e de cruzadas, basta ver as intervenções que foram feitas aqui por eleitos do CHEGA e outros, mas também não vale tudo, porque quando a senhora eleita do PS vem aqui falar de oportunismo político desta moção, não é, o oportunismo político foi feito pela senhora eleita, porque naturalmente, relativamente aos problemas da juventude eles são superados através de políticas públicas e outras no sentido de que estes jovens, trabalhadores e estudantes tenham uma perspetiva de futuro, coisa que não acontece hoje. Em todos os planos, no trabalho, na habitação, por aí fora. E o que a senhora veio dizer, foi que isto não pertencia à moção, isto não cabia na moção, mas depois pegou exatamente nisso para fazer o discurso que ia fazer, que era salvaguardar o PS das políticas que não faz e pegar naquilo que dizia que não fazia parte da discussão, para remeter para a Câmara, isto chama-se oportunismo político e a senhora foi oportunista política e eu chamo a atenção, eu chamo a atenção que estamos numa época de cruzadas, de cruzadas e de inquisições e vão por um mau caminho, vejam lá com quem é que vocês se aliam. Obrigado.”

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Bom, Tomás Santos, quer intervir ou quer comentar? Então venha lá, faça lá a declaração de voto.”

Tomás Santos do PS em defesa da honra e em declaração de voto: “Senhor presidente, já que estamos em maré de defesas da honra, não se percebe muito bem porquê, eu queria só em primeiro lugar fazer uma defesa da honra da bancada do Partido Socialista, que o problema aqui, isto trata-se de uma saudação. Agora a declaração de voto. O Partido Socialista votou contra esta moção porque esta moção está claramente necessitada, esta saudação, peço desculpa, é o que ela é, na verdade o conteúdo, uma moção, porque esta saudação está necessitada de Memofante, porquê? Porque esta moção parece querer esquecer a recente realização do RENASCE que aliás acabou com a necessidade de pagamento de taxas e emolumentos pelas associações para se registarem que era uma das desculpas que o PCP utilizava para o incumprimento da obrigatoriedade legal de constituição do concelho Municipal da juventude que ainda não existe. Eu pergunto: práticas antidemocráticas? Como diz o ditado popular, diz o roto ao nu, com que roupa te vestes tu? Parece querer esquecer o aumento excessivo de alunos a querer frequentar o ensino profissional que atualmente é de 41% dos jovens em cursos de dupla certificação, com uma taxa de conclusão dentro de 3 anos, que já vai nos 63%. Parece querer esquecer a discussão atual em torno da proposta da comissão nacional de acesso ao ensino superior dos exames nacionais apenas para o acesso ao ensino superior. Parece querer esquecer que o desemprego jovem, antes da pandemia, diria há oito anos consecutivos e que agora face ao período homólogo de 2021 e 2022 já desceu no primeiro, no primeiro trimestre. Parece querer esquecer o maior aumento do salário mínimo que era proposto para o orçamento de estado para 2022 que os senhores chumbaram. Parece querer esquecer o IRS jovem alargado para 5 anos, que também era proposto no orçamento de estado para 2022 que os senhores chumbaram. Parece querer esquecer a agenda para o trabalho digno que foi resultado de um aprofundado trabalho em sede de concertação social e que iria ganhar vida na Assembleia da República caso esta legislatura não tivesse sido interrompida pelos senhores com o chumbo do orçamento de estado para 2022. Parece querer esquecer a garantia das creches gratuitas, que também vocês chumbaram no



Assembleia Municipal do Seixal

Ata nº 02/2022

1.ª Sessão Extraordinária – 10 de março de 2022

orçamento, parece querer esquecer medidas como o primeiro direito ou a estratégia nacional de combate à pobreza. Isto tudo para dizer que este, esta, esta saudação parece querer esquecer aquilo que é feito no país para melhorar a vida dos jovens e por isso entendo...”

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “ Ó Tomás, desculpe lá, mas já, não pode ser, não pode ser, já passaram os 2 minutos...”

Tomás Santos do PS disse: “que o PS não acha que está [01:58:00] tudo bem nas camadas mais jovens, porque não está e que hoje enfrenta múltiplos desafios, como a invasão à Ucrânia pela federação russa, acontecimento que vocês ainda não condenaram.

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Tomás, Tomás, assim não, desculpe lá.”

Tomás Santos do PS disse: “É preciso passar das palavras aos atos, porque o Governo tem feito muito e vocês não. Obrigado.”

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Assim não pode ser Tomás. Desculpem lá, nós demos tolerância, aliás, até porque o eleito, o líder principal do PS, queixa-se que há de vez em quando discriminação em relação ao PS, mas, enfim, o presidente da Assembleia pá e a mesa gerem o melhor possível e com todo o equilíbrio a Assembleia, mas não podemos ser excessivos como foi este caso pá, quase que duplicou o tempo da declaração de voto, isso não pode ser.”

Tomás Santos do PS disse: “Como é que isso é possível? Mas eu comecei por uma defesa de honra.”

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “desculpe lá, ó Tomás, vamos lá ver que é para a gente, não vale a pena este tipo de diálogo. O senhor utilizou três minutos, cinco minutos da declaração e ultrapassou quase um minuto, isto qualquer dia temos que ter aqui um sistema em que eu tenho aqui um botãozinho e desligo o microfone. Está a ver? Fica resolvido. Não é por aí. Cada um tem que gerir o seu tempo, tolerância, sim, mas tolerância responsável. Ora muito bem, então, a seguir é o Belchior, é isso não é, Rui Belchior, ai não, é o David, é o David, peço desculpa e depois é o Nuno, não é? Então defesa da honra passa à frente. Não, não, não.”

Nuno Capucha do CH em defesa da honra disse: “Era só para esclarecer o Sr. eleito do PCP que de facto eu não sou cruzado, não pertenço à Ordem do Templários. Como sabe já foi uma ordem extinta. Por acaso, pertenço a uma ordem religiosa, uma comunidade católica e posso exercê-lo aqui em Portugal com liberdade. Coisa que num país sobre um governo comunista não poderia. Portanto, pessoas que eu conheço que têm de viver olhando para trás de um ombro, pois a ser, a sua liberdade religiosa. Isso é o que se passou e se passa nos países comunistas e repito o que já disse nesta assembleia, vocês, eleitos do PCP, são moralmente cúmplices, moralmente cúmplices porque seguem uma ideologia assassina que causa o maior sofrimento do século XX. Que provocou enormes atrocidades no século XX! Vocês são moralmente cúmplices.”

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Homem, você componha-se e tenha decoro. O Sr. está a chamar assassinos aqui? Não, desculpe lá pá! Acalme-se , acalme-se pá. Pá, se quer ir para um comício de extrema-direita vá para outro sítio. Acalme-se lá. Desculpe lá! Até eu intervirm já em



Assembleia Municipal do Seixal

Ata nº 02/2022

1.ª Sessão Extraordinária – 10 de março de 2022

defesa da honra, o Sr. chamou assassinos aqui, sem mais nem menos, o que lhe peço é que de facto todos tenhamos, independentemente das diferenças, independentemente das diferenças, tenhamos de facto aqui responsabilidade democrática e respeito por todos e respeito pelos outros. E pelos colegas eleitos e é isso que os Presidente da assembleia pede, naturalmente que não pode deixar de o fazer. É com calma, não preciso dizer estas coisas todas. Ter respeito acima de tudo Ora, tem a palavra o David Martins.”

David Martins do PSD em declaração de voto: “Boa noite a todos novamente. Só vinha falar aqui da saudação, o PSD votou contra esta a saudação. Contudo, somos naturalmente a favor da academia e da juventude, mas não nestes modos. A CDU não quer saudar a educação ou a juventude, quer sim atacar o poder político central, aqueles a quem votaram ao lado nos últimos 6 anos. Quanto à saudação consideramos que todos os argumentos aqui apresentados em nada apoiam a juventude e a educação. Esta saudação é profundamente ideológica, um momento CGTP, e relembro mais uma vez o Conselho Municipal da Juventude, naturalmente. Obrigado.”

II.9. O Grupo Municipal do CHEGA apresentou uma recomendação “Pela melhoria da qualidade do ar concelho do Seixal”, subscrita por Nuno Capucha.

(Documento anexo à ata com o número 9).

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Passamos para o documento seguinte que é uma recomendação do Chega. Nuno Capucha, se faz favor.”

Nuno Capucha do CH disse: “Ora bem, esta é uma questão que se arrasta há muitos anos. O problema é que a fábrica da MEGASA, o problema de poluição levantado pela MEGASA e duplicado o equilíbrio que existe para salvaguarda dos postos de trabalho e a proteção da saúde da população. Depois de muita pressão exercida pelos cidadãos depois de uma travessia pelo deserto, por fim foram feitos estudos de qualidade do ar e estudos epidemiológicos. O estudo da qualidade do ar concluiu que a qualidade do ar no conselho do Seixal é regra geral fraca. Dir-me-ão, como de resto na área metropolitana de Lisboa. É verdade, mas é um facto que é uma qualidade do ar pior sobretudo junto determinados troços rodoviários e também junto de algumas zonas industriais, como claro a zona que rodeia a minha casa. O estudo epidemiológico foi inconclusivo e pelos investigadores reconhecerem que foi inconclusivo recomendam, está nas conclusões, que seja desenvolvido um novo método de trabalho e, nomeadamente, a realização de um estudo epidemiológico desenvolvido a nível individual. Portanto, em resumo, há que continuar o trabalho que já foi feito. Aqui na assembleia entendemos deve ser constituída uma comissão específica de acompanhamento dos problemas ambientais da Siderurgia Nacional e sobre o impacto na população. cremos que deve ser recomendado à Câmara Municipal que a Câmara Municipal do Seixal promova o mais brevemente possível um estudo epidemiológico nas zonas adjacentes à minha casa nos moldes que são recomendados pelos investigadores da Escola Nacional de Saúde Pública. E, por último, recomendamos à Câmara Municipal do Seixal, recomendamos que a Câmara Municipal do Seixal instale mais estações de monitorização da qualidade do ar. Pedi ao Sr. Vereador, que há pouco respondeu à pergunta de um munícipe, não basta exigir responsabilidade, é preciso



Assembleia Municipal do Seixal

Ata nº 02/2022

1.ª Sessão Extraordinária – 10 de março de 2022

agir. Se nós estivéssemos nessas cadeiras há muito tempo que teriam sido instaladas estas estações de monitorização de qualidade do ar.”

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Intervenções então em relação a esta recomendação. Armando Farias, se faz favor”.

Armando Farias da CDU disse: “Obrigado, Sr. Presidente. Em relação às considerações não, não temos assim nada a acrescentar. Agora, em relação à deliberação porque nós pré-acordámos na Comissão de Regimento, há uma Comissão de Regimento, foi aprovada. E no âmbito da Comissão de Regimento há uma calendarização para a metodologia e para a discussão e, portanto, é no âmbito da Comissão de Regimento que se terão de discutir as comissões específicas. Foram feitas propostas do Chega na Comissão de Regimento, como foram de outras forças partidárias e é aí que naturalmente se deverá discutir quer o funcionamento, quer a comissão e o seu funcionamento e depois no âmbito da comissão será aquilo que a comissão entender relativamente às recomendações. E, deste ponto de vista, entendemos que é extemporânea esta moção aqui assim apresentada na assembleia. Obrigado.”

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Em relação a esta moção, não há mais intervenção? Sobre esta questão que o líder da CDU levantou, de facto é verdade, nós estamos a discutir, analisar o regimento temos propostas, aliás o Chega fez a proposta da constituição da comissão específica e, portanto, tudo bem, é evidente que tem razão o proponente, mas, efetivamente, esta não é, de acordo com isso, porque no quadro da constituição das comissões, no quadro do regimento, mas depois especificamente a constituição das comissões é deliberada na assembleia em conjunto, não é individualmente. Nós não estamos a deliberar a constituição de comissão nenhuma. Estamos a trabalhar no regimento e com propostas, o Chega também fez e, pronto, esta nota da CDU no nosso entendimento, da mesa, é perfeitamente adequada, é a realidade, é o que estamos a fazer, mas esse é o entendimento do Chega. Bom, então, mais intervenção, Sr. Vice-Presidente? Não! Então vamos colocar à votação. A moção foi aprovada com os votos a favor do PS, do PSD, do PAN, do Chega e dos eleitos independentes, a abstenção do Bloco, e o voto contra da CDU. Dizer-vos, no entanto, a Assembleia Municipal não aprovou a constituição de uma comissão específica, que fique claro. Aliás, essa deliberação tem de ser na ordem do dia, não numa moção. Independentemente da aprovação desta recomendação, não está aprovada a constituição da comissão específica que é aqui proposta, que fique claro isso. Só pode ser deliberado na ordem do dia e no momento respetivo, certo? Tudo bem, quer dizer, recomendado, até já tinha recomendado, já tinha feito uma proposta, mas isso já foi dito. Declarações de voto, Armando Farias.”

Aprovada a Tomada de Posição nº 22/XIII/2022 por maioria e em minuta com:

Dezanove (19) votos a favor dos seguintes eleitos:

- Do grupo municipal do PS: 12
- Do grupo municipal do PSD: 3
- Do grupo municipal do CH: 1



Assembleia Municipal do Seixal

Ata nº 02/2022

1.ª Sessão Extraordinária – 10 de março de 2022

- Do Independente Henrique Rodrigues: 1
- Do Independente Soraia Rosário: 1
- Do grupo municipal do PAN: 1

Dezasseis (16) votos contra do grupo municipal da CDU.

Duas (2) abstenções dos seguintes eleitos:

- Do grupo municipal do BE

Armando Farias da CDU em declaração de voto disse: “Sr. Presidente, era para ficar registado que o nosso voto contra não é contra a constituição da comissão, mas isso há de ser visto no regimento, é por uma questão de rigor regimental e é apenas isso, no regimento será discutido. Aliás, a nossa convicção é que essa comissão será constituída, quer porque já foi no passado, no anterior mandato, quer porque da nossa parte não haverá nenhuma objeção. É uma questão de rigor regimental, senão imaginemos agora que cada uma das forças partidárias passava a propor aqui comissões quando elas estão previstas para serem constituídas no âmbito do regimento. Obrigado.”

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Rui Belchior”

Rui Belchior do PSD em declaração de voto disse: “Muito obrigado, Sr. Presidente, nós votámos a favor, é tudo verdade, isso que o Sr. Presidente disse há pouco é tudo verdade, aliás, se foi a comissão que trabalhou de forma, diria razoável, que teve algum trabalho desenvolvido, deslocações a entidades, etc., foi exatamente esta no mandato passado. Bom, mas estas pessoas, deve-se ter aqui alguma tolerância, estão a começar agora, as pessoas estão a começar agora, o facto de fazerem uma moção a suscitar este tipo de questões, não invalida que haja um voto favorável porque toda a gente concorda com isso e creio que isso não afeta de nenhum modo aquilo que evidentemente diz a lei, o regimento e o quadro regimental, etc. e a conferência de líderes em que iremos, e no quadro da discussão do regimento em que iremos aprovar as comissões específicas, etc. Mas não vale a pena, ninguém tem nenhuma dúvida que não se aprova aqui coisíssima nenhuma até porque, vamos lá ver, eu agora não as tenho aqui, mas deverá haver uma dezena de deliberações que já foram aqui aprovadas e que nunca foram cumpridas. Portanto, isso é uma preocupação que nem sequer tem justificação de ser, deixe-me dizer isto com toda a franqueza. Muito obrigado.”

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Não sei se o o Rui Belchior estava a referir-se à mesa, mas necessariamente o Presidente da Assembleia e a mesa têm de esclarecer aquilo que é regimental e não está aqui em questão a intenção de cada proposta, não é nada disso. É um esclarecimento que tem de ser feito, não é? Mais alguma declaração de voto? Não.”

II.10. O Grupo Municipal da CDU apresentou uma saudação aos trabalhadores e membros das mesas, subscrita pelo Rafael Louro.

(Documento anexo à ata com o número 10).

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Então passamos para o documento seguinte que é da CDU é uma saudação e é subscrita por Rafael Louro, se faz favor.”



Assembleia Municipal do Seixal

Ata nº 02/2022

1.ª Sessão Extraordinária – 10 de março de 2022

Rafael Louro da CDU, disse: “Boa noite. Realizaram-se no dia 30 de Janeiro deste ano eleições legislativas para a eleição dos 230 deputados que formaram uma nova composição da Assembleia da República. No concelho do Seixal este ato eleitoral decorreu exemplarmente num período particularmente difícil devido ao contexto da pandemia. Nessa altura, registava o maior pico de casos de infeções em Portugal. Foi necessária uma organização de grande exigência que assegurou que a votação decorresse sem incidentes permitindo que todos os cidadãos recenseados no nosso concelho pudessem exercer o seu direito ao voto em segurança e com toda a tranquilidade, dignificando a democracia e importância de tal ato. Para que tal organização fosse possível, foi necessário o envolvimento de centenas de pessoas que contribuíram para o seu sucesso. Assim, a Assembleia Municipal do Seixal reunida na sua primeira sessão extraordinária no dia 10 de março do ano 2022 saúda todos os membros que constituíram as mesas de voto e, em especial, os trabalhadores da Câmara Municipal do Seixal e das juntas de freguesia do nosso concelho, assim como outros trabalhadores que asseguravam o normal funcionamento do ato eleitoral, incluindo trabalhadores encarregues de higienização e de limpeza dos espaços e locais de voto.”

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Intervenções, Samuel Cruz”

Samuel Cruz do PS disse: “Eu diria que para além de saudar isso tudo, havia de saudar os seixalenses e o povo português no geral que votou muito bem, mas passo a brincadeira iria dizer há uma coisa que urge que a Câmara implemente. Não há razão para que na segunda-feira as crianças não tenham aulas. É perfeitamente possível, e outros locais do país já o fazem, que a desmontagem das cabines de voto seja feita durante a noite e que na segunda-feira as crianças retomem as suas aulas normalmente.”

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Mais intervenções? Rui Belchior?”

Rui Belchior do PSD disse: “Muito obrigado, Sr. Presidente. Nós naturalmente concordamos com o teor desta moção e vamos votar a favor. Queríamos era aproveitar esta moção para solicitar à Câmara em atos eleitorais futuros que remunerasse ou, pagasse às pessoas que vão para as mesas de voto de forma mais célere. Há Câmaras que pagam nos dias a seguir, neste concelho, não percebemos muito bem porquê paga-se ao cabo de 4 meses. Isto para nós é inexplicável, e eu estou particularmente à vontade que, apesar de, há mais de 10 anos negociar as mesas na Amora, nunca fui para as mesas de voto, portanto, nem reclamo para mim, reclamo para as pessoas em geral, e as pessoas que vão para as mesas de voto, que não se justifica estarem 4 meses e mais do que isso à espera. Muito obrigado.”

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Mais alguma intervenção? Em relação a esta saudação? Não? Sr. Vice-Presidente, faz favor.”

O Vice Presidente da Câmara Municipal disse: “Quanto à questão colocada pelo Sr. eleito do PSD, Rui Belchior, dizer que quem paga aos membros de mesa não é a Câmara Municipal. A Câmara Municipal recebe o dinheiro do Governo e paga, portanto, quando recebe o dinheiro do Governo paga,. Se o Governo manda a 4 meses não somos nós os responsáveis. A responsabilidade não é nossa. Pronto. Muito obrigado, Sr. Presidente.”



Assembleia Municipal do Seixal

Ata nº 02/2022

1.ª Sessão Extraordinária – 10 de março de 2022

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Muito obrigado. Proponente? Não? Então vamos colocar à votação. A saudação foi aprovada com unanimidade. Declarações de voto? PS, mas o PS não tem tempo. Não sei se estão conscientes disso, não tem tempo o PS. Terminámos assim o Período de Antes da Ordem do Dia”

Aprovada a Tomada de Posição nº 23/XIII/2022 por unanimidade e em minuta com:

Trinta e sete (37) votos a favor dos seguintes eleitos:

- Do grupo municipal da CDU: 16
- Do grupo municipal do PS: 12
- Do grupo municipal do PSD: 3
- Do grupo municipal do BE: 2
- Do grupo municipal do CH: 1
- Do Independente Henrique Rodrigues: 1
- Do Independente Soraia Rosário: 1
- Do grupo municipal do PAN: 1

III – Período da Ordem do Dia.

III.1. Eleição de um membro de entre os Presidentes das Juntas de Freguesia para o Conselho Municipal de Educação do Seixal.

A) Proposta do Grupo Municipal da CDU – Manuel Ferreira Araújo.

B) Proposta do Grupo Municipal do PS – Rui Pereira.

O Presidente da Assembleia Municipal, disse: “Entramos no Período da Ordem do Dia, no primeiro ponto do período da ordem do dia, é a eleição, nova eleição, como sabem já se realizaram duas por voto secreto deu um empate e, portanto, o que diz a legislação o 75/2003, o CPA, é que, Dr. João Coutinho como é que nós vamos proceder?”

Dr João Coutinho, disse: “Boa noite. Como tinha dito na última reunião agora vai-se proceder a uma nova votação secreta e caso haja um novo empate proceder-se-á por votação nominal, quer dizer braço no ar, revelando cada um o sentido de voto.”

O Presidente da Assembleia Municipal, disse: “O Sr. primeiro secretário vai chamar os Srs. eleitos para a votação , com a distribuição dos boletins de voto, como já fizemos antes.”

Primeiro Secretário da Assembleia Municipal, disse: “O procedimento é em todo semelhante ao das sessões anteriores e , portanto, vão ser chamados os Srs. eleitos que votam imediatamente a seguir a essa chamada. Passava a fazer chamada: Armando da Costa Farias, Carlos Alves Pereira, Catarina Teixeira, Fernando Sousa, Luís Ventura, Maria João Louro, Maria Manuela Calado, Nuno Graça, Paula Santos, Rafael Louro, Ana Jorge, Fátima Carvalho, Isabel Antas, João Leal, Joaquim Cabral, José Geraldês, Rui Brás, Samuel Cruz, Sérgio Ramalhete, Telma Lima, Tomás Santos, David Martins,



Assembleia Municipal do Seixal

Ata nº 02/2022

1.ª Sessão Extraordinária – 10 de março de 2022

Maria Luísa Gama, Rui Belchior, Henrique Rodrigues, Nuno Capucha, Soraia Rosário, Isabel Cruz, Mário Macedo, Ivo Gomes, Manuel Araújo, Hugo Constantino, Rui Santos, Manuel Carvalho, Vanda Machado, Américo Costa e Alfredo Monteiro.”

O Presidente da Assembleia Municipal, disse: “Vamos proceder à contagem, Srs. Líderes se faz favor.”

Deliberação nº 12/XIII/2022: Através de escrutínio secreto, a proposta A) registou 18 votos a favor, a proposta B) teve 17 votos e 2 votos em branco.

O Presidente da Assembleia Municipal, disse: “Então à terceira foi de vez, temos aqui um desempate. Portanto, está eleito o Manuel Araújo como representante de elementos de juntas de freguesia para o Conselho Municipal de Educação. Desejar-lhe um bom trabalho.”

III.2. Prorrogação do prazo de transferência das competências para a Autarquia no domínio da ação social. Aprovação.

O Presidente da Assembleia Municipal, disse: “Passamos para o ponto 2, que é aprovação do prazo de transferência das competências da autarquia na ação social. Sr. Presidente.”

O Presidente da Câmara Municipal, disse: “Boa noite, cumprimento o Sr. Presidente da Assembleia Municipal, mesa, os Srs. eleitos, população presente, os nossos trabalhadores, esta proposta visa podermos adiar, por alguns meses, a assunção de competências na área da ação social. Esta, nossa deliberação surge na sequência de um Decreto-Lei de 14 de Fevereiro, da Presidência do Conselho de Ministros, que possibilita que os municípios possam, se quiserem, prorrogar este prazo até 1 de janeiro de 2023. Esta decisão do Conselho de Ministros e do Governo atesta bem aquilo que tem sido a confusão na falta de informação e até mesmo a opacidade do processo de transferência de competências que devia ser claro, aliás, na última Assembleia Municipal deliberámos a transferências de competências para 3 juntas de freguesia, onde os critérios foram absolutamente claros. O valor a transferir global estava e foi aprovado na câmara municipal. Os critérios foram todos citados e identificados, e clarificados de acordo com a realidade que cada um exige. E essas verbas aprovadas e também as próprias competências. O que se passa nestes processos do Governo com as autarquias é exatamente o contrário, isto é, relativamente a verbas existe um mapa que foi publicado em 2018/2019, mas com reprovação do orçamento de estado para 2022 desconhece-se como é que o Estado, o Governo pode transferir seja que for e não sabemos qual é que é. Depois também relativamente a muitas questões que nós levantámos que constam do Ofício enviado em Abril de 2021 e que já aqui na informação de suporte, ou melhor na documentação de suporte a esta deliberação, da qual não tivemos nenhuma resposta por parte do Governo e também nas reuniões que tivemos com a Diretora do Centro Distrital da Segurança Social de Setúbal, também as informações não foram coincidentes ou convincentes com aquilo que são os níveis que colocámos e os valores que levámos, queremos dizer que a Câmara Municipal, do levantamento que fez junto das entidades locais, que nos prestam serviços protocolados ou acordados com a Segurança Social, chegou um valor



Assembleia Municipal do Seixal

Ata nº 02/2022

1.ª Sessão Extraordinária – 10 de março de 2022

de custos na ordem dos dois milhões e seiscentos mil euros enquanto que a proposta que supostamente seria com o município do Seixal seria de menos de metade, menos duzentos e cinquenta mil euros. Enquanto isto não ficar resolvido nós não temos nenhuma condição de poder aceitar este tipo de transferência. Até porque não são só as questões do ponto de vista financeiro, de valor, mas são também aquilo que são as condições, os próprios serviços que são prestados pelas várias entidades. Daquilo que nós apurámos, dos valores que apurámos junto das entidades, não coincide com aquilo que a Segurança Social diz que está a acontecer. E, portanto, há uma realidade que é a realidade do terreno, não a realidade que é da Segurança Social de Setúbal, depois há uma realidade que é do mapa do Governo e as realidades deviam ser coincidentes e não são. Temos três realidades diferentes e por isso, e talvez por isso, o que está a acontecer no Seixal seja uma questão que está a acontecer noutros municípios a nível nacional, talvez seja esta a razão que motivou o próprio Governo a reconhecer que a situação não está suficientemente maturada para operar a transferência de competências, e nesta possibilidade de podermos adiar. Da nossa parte, não colocamos nenhum obstáculo, neste momento há transferência de competências. Entendemos que esta Lei 50/2018 é uma lei que não foi construída de uma forma correta e, aliás, isto está-se a verificar a cada Decreto-Lei ou a cada Lei que depois descentraliza uma das competências, não estão a ser cumpridos os princípios basilares de qualquer transferência em termos daquilo que são a transparência no processo e a negociação que era necessária fazer e, depois também a própria informação das entidades ser transferida para que pudéssemos conhecer na totalidade aquilo que são as questões ou as novas tarefas que vamos assumir. O que nós queremos é que no final do dia, o serviço público do Estado, seja acrescentado em termos de valor para o município ou para o utente e não o contrário, por isso, a Câmara Municipal do Seixal será sempre muito exigente neste processo para que não possamos ser acusados de aceitarmos competências que desconhecíamos e para as quais não existiam condições para as executar melhor que o Estado faz hoje. E como nós não temos essa perspetiva temos a perspetiva contrária, isto é, teremos que fazer melhor e por isso, precisamos de conhecer os recursos que estão em causa, e também as próprias competências que estão em causa. E como isso ainda não é conhecido, não por nossa responsabilidade, mas porque o Governo não se organizou para poder fornecer essa informação, de forma clara e inequívoca, aquilo que nos parece melhor e que melhor defende os interesses da população é podermos adiar para 1 de Janeiro de 2023 a assunção destas competências. Mas até lá esperemos que o Governo não faça o que fez até agora, que foi praticamente zero! Isto é, que verdadeiramente se interesse pela transferência de competências, verdadeiramente se organize ao nível dos municípios e do concelho do Seixal para que elabore um dossier de transferência de competências, que nós queremos que se constitua como uma auto, um auto de transferência onde fique de um lado as obrigações e os direitos de quem delega e de quem aceita. E esse tem que ficar produzido num documento onde fiquem expressas todas as obrigações e todos os deveres e todos os direitos, para que, quer a Câmara quer a Assembleia Municipal possam decidir e deliberar sobre aspetos que sejam verdadeiros e não sobre cheques em branco, ou digamos, situações não conhecidas como nós não queremos. Por isso, Sr. Presidente da Assembleia Municipal, em resumo, entendo que não existam condições para que o município assuma a transferência de competências na área social e para tal, e havendo essa abertu-



Assembleia Municipal do Seixal

Ata nº 02/2022

1.ª Sessão Extraordinária – 10 de março de 2022

ra por parte do Governo possamos adiar o processo para 1 de Janeiro de 2023, sendo que, da nossa parte manteremos o foco como está a acontecer nas várias reuniões que temos tido, e vamos continuar a insistir, para que não só conheçamos todos os aspetos desta transferência de competências como possamos depois traduzi-los num auto de transferência onde fiquem expressos os termos dessa transferência e as obrigações das partes para que a Câmara e a Assembleia Municipal fiquem na posse de todos os dados para poderem decidir. Neste momento, esses dados não existem, não são reais, não correspondem à realidade. E nesse sentido, não é possível que a Câmara Municipal aceite esta transferência de competências Obrigado.”

O Presidente da Assembleia Municipal, disse: “Obrigado Senhor Presidente da Câmara. Intervenções em relação a esta proposta? Fernando de Sousa, Nuno Belchior, Mário Macedo, Ivo Gomes. Fernando de Sousa, se faz favor.”

Fernando Sousa da CDU disse: “ Muito boa noite. Obrigado Senhor Presidente. Cumprimentos à mesa dos senhores Vereadores, Presidente da Câmara, restantes membros. De facto, esta questão da transferência de competências, têm havido aqui algumas situações extremamente complicadas e muito difíceis de entender. Isto porquê? Porque aquilo que o Estado quer transferir para as autarquias não é aquilo que é praticado hoje pela Segurança Social e, em boa hora, o Senhor Presidente da Câmara do Seixal faz sair este ofício para a Senhora Secretária de Estado e pondo a verdade da questão. Em muitas situações, e aqui no Seixal também, eu tenho conhecimento do distrito e também a nível nacional, as instituições que fazem, portanto, o acompanhamento do RSI e da Ação Social fazem-no com protocolos atípicos, outros que são protocolos que não são atípicos mas, entretanto, têm para além desta situação, muitos outros acompanhamentos que não estão protocolados. E aí existe a razão de que, como o Senhor Presidente, acabou de dizer, portanto, que a Câmara pelo apuramento que faz de dois milhões oitocentos e cinquenta e nove mil e a Segurança Social apresenta um valor de um milhão e duzentos e cinquenta mil. Aí é que existe a diferença. Durante estes anos todos, as instituições particulares de Solidariedade Social que tiveram este trabalho viram-se prejudicadas no seu trabalho do dia a dia, e isto porque, em muitas situações, os técnicos que acompanharam e que acompanham ainda estas situações estão superlotados com um número de famílias e utentes que chegam por imposição da própria Segurança Social. Esta situação vamos ter tempo, como o Senhor Presidente diz, e muito bem, vamos conseguir saber concretamente aquilo que se passa no terreno e não só. Dizer à Segurança Social, portanto, a Câmara Municipal já disse que estaria disponível, mas com um esclarecimento completo desta situação, quero dizer também que esta situação de não aceitação da transferência de competências não é só da Câmara do Seixal, as instituições representativas das instituições sociais, nomeadamente a CNIS e a União das Misericórdias, também não concordam com todo este processo, portanto, elas foram ouvidas e foi-lhes dito, foi dito ao Governo que, perante esta situação, e este quadro em que se estava a querer aplicar às instituições, portanto, neste caso, às Câmaras Municipais, não era, portanto, aceitável por estas instituições., no entanto, a lei é lei e é obrigação assinar, esta prorrogação deve-se também a uma insistência, em nosso entender, das próprias instituições e também por aquilo que nós viemos a saber ao nível, portanto, da Confederação, houve também por parte de alguns municípios que fo-



Assembleia Municipal do Seixal

Ata nº 02/2022

1.ª Sessão Extraordinária – 10 de março de 2022

ram constituídos novas equipas municipais e que, de fato... isto é muito complexo e há necessidade de saber como é que tudo isto funciona, e não é em meia dúzia de meses que se conseguia resolver toda esta situação. Portanto, em nome da bancada da CDU, saúdo a Câmara Municipal por esta iniciativa. Mas permitam-me os meus colegas de bancada que o faça também em nome pessoal, em nome da representação que tenho ao nível das instituições sociais. Pela primeira vez, pela primeira vez, houve alguém que teve coragem de dizer à Segurança Social o que é que se estava a passar, nomeadamente neste concelho. Muito obrigado Senhor Presidente.”

O Presidente da Assembleia Municipal, disse: “Muito obrigado. Tem a palavra o Rui Belchior”

Rui Belchior do PSD disse: “Muito obrigado Senhor Presidente. Esta Assembleia vota hoje, mais uma vez, o tema da transferência de competências do Governo para a autarquia. Desta feita, a prorrogação no domínio da ação Social. Como já aqui temos referido, diversas vezes, este processo de transferências é um autêntico pântano, um fracasso, e um hino à incompetência do Governo. Estamos mesmo em crer que era muito difícil fazer pior do que isto. Este processo, para além de se arrastar penosamente no tempo, com sucessivos adiamentos e prorrogações, está repleto de insuficiências e deformidades graves. Não há rigor, não há informação, não há critério, não há dinheiro, não há nada, ou melhor, o que há é abundância neste, e já agora, noutros processos, são os mesmos indivíduos de sempre de currículo duvidoso, incompetentes e neste país infelizmente é o que há mais, aliás o que se são leques de indivíduos, boys, que, ao invés de tratarem do desenvolvimento do país, tratam apenas, e como se sabe, das suas próprias vidas e das suas respetivas famílias. Qual contribuinte, qual quê! Aliás, neste país, qualquer pessoa que se sacrifica e que trabalha, que empreenda, que estude, já há muito percebeu o que menos interessa são os seus interesses, passe a redundância. É realmente extremamente frustrante constatar-se, como sempre aqui anunciamos, nada de bom poderá resultar deste processo onde o que mais se tem feito é legislar para remendar a lei inicial, criando com isso já uma vasta manta de retalhos muito difícil de entender. Depois de mais de três anos de legislação e contra legislação, temos agora mais um adiamento que bem traduz a pesada consciência do Governo que foi obrigado a reconhecer a impossibilidade prática da aplicação de determinados diplomas que estão completamente desprovidos das mínimas condições. Como já aqui afirmámos anteriormente também, não é possível pretender implementar uma reforma deste tipo com o tamanho e grau de complexidade sem que as autarquias conheçam ou percebam ao que vão nos mais variados domínios. Também aqui, como já referimos, não é possível fazer-se uma reforma desta dimensão com o desconhecimento geral da situação por parte dos seus principais intervenientes, as autarquias. No fundo, não há transparência e ninguém percebe que impactos estes diplomas terão nas autarquias locais, sobretudo no plano dos recursos humanos e no plano financeiro. Portanto, este processo desastroso e atabalhado acaba, temos de o reconhecer, por legítimar, justificar e motivar a linha de recusa desde sempre adotada por este Executivo. Na verdade, e todos sabemos disso, mesmo que o processo fosse um processo bem delineado que não é, a CDU por estratégia política e opção política, provavelmente rejeitaria na mesma o processo de transferências de competências, em boa verdade, o mau trabalho do Governo neste dossier permitiu a este executivo vitimizar-se com razão e ter hoje como vai ter uma maioria de votos favoráveis à



Assembleia Municipal do Seixal

Ata nº 02/2022

1.ª Sessão Extraordinária – 10 de março de 2022

proposta apresentada. Contando inclusive, e nesta circunstância específica com o voto favorável do PSD, que tantas vezes acusam de votar contra tudo, como se vê, tal não corresponde à verdade! Mais uma vez, e neste momento oportuno e importante, nós demonstramos que essas acusações não são verdadeiras e aproveitamos para dar o recado: o PSD vota sempre de acordo com aquilo que considera ser o melhor para o município e para o país. Nós, a nossa bancada não tem interesses particulares. Não somos boys, não temos tachos, não temos avenças e somos livres. Já o disse repetidas vezes e repito, repetimos: o PSD vota sempre de acordo com o que os seus autarcas e a sua comissão política decidem e no quadro do exercício da sua orientação política, e em nome dos interesses das pessoas, e nunca da forma que os outros gostariam que nós votássemos, sejam estes do partido A ou B, ou sejam estes quem forem. Disse, muito obrigado.”

O Presidente da Assembleia Municipal, disse: “Obrigado. Tem a palavra Ivo Gomes.”

Ivo Gomes do PAN disse: “Muito obrigado, Senhor Presidente. O PAN vai acompanhar, vai votar a favor desta prorrogação proposta pela Câmara Municipal porque é a única, o único voto consciente e que faz sentido, não faz qualquer sentido haver uma passagem de testemunho, uma passagem de testemunho de tamanha responsabilidade sem que a Câmara saiba ao certo o que é que vai receber e, isto já aconteceu, também no setor da educação, o PAN, a nível nacional, colocou uma proposta ao Governo para prorrogar precisamente essa transferência de responsabilidades, pelas mesmas razões que hoje estamos a prorrogar na esfera social. Porque não há um inventário geral das responsabilidades que a Câmara está a assumir, e, portanto, não faz qualquer sentido, nós, estarmos agora, enquanto concelho do Seixal, estarmos a assumir a responsabilidade para depois a Câmara ser criticada por as coisas não estarem bem feitas e haver queixas da parte dos munícipes e aí sim, com razão. E portanto, nós vamos acompanhar. Também esclarecer que é de uma extrema incoerência da parte do Governo ter havido um auto de transferência para o setor da saúde e não ter havido para o setor da educação e para o setor social. Não faz qualquer sentido! Isto é, é um cheque em branco e as Câmaras que se “amanhem”. Nós vamos acompanhar e vamos esperar, e aqui deixo uma pergunta ao Senhor Presidente. Portanto, dizer que vamos esperar e vamos dar este tempo à Câmara para continuar com as reuniões e, portanto, com a negociação com o poder central para esta transferência de competências e perguntar se vamos efetivamente, porque já percebi que isto vai acontecer, não percamos mais tempo, vamos já preparando, ou vamos já fazendo o trabalho que vamos eventualmente, inadvertidamente assumir a partir de 1 de Janeiro de 2023, se não houver uma nova prorrogação e mais um arrastar deste processo. E perguntar se não podíamos já ter feito aquilo que vamos fazer agora até Janeiro de 2023. Não poderia já o Executivo ter feito algum trabalho para preparar aquilo que previsivelmente já estava a prever que ia acontecer. Portanto, o Executivo já estava a prever que isto ia acontecer, e, portanto, não poderia ter preparado algum terreno para ter já algum trabalho feito? Disse. Obrigado.”

O Presidente da Assembleia Municipal, disse: “Obrigado. Mário Macedo.”

Mário Macedo do BE disse: “Obrigado Senhor Presidente da Assembleia. Senhores Deputados, Senhor Presidente da Câmara, bem-vindo a esta Assembleia, já tínhamos saudades suas, muito obriga-



Assembleia Municipal do Seixal

Ata nº 02/2022

1.ª Sessão Extraordinária – 10 de março de 2022

do pela sua presença. Nós temos dúvidas sobre a municipalização. Só para dar aqui algum exemplo. A viatura mais recente do ACES- Almada Seixal tem doze anos e, na realidade, nós gastamos mais dinheiro, mais recursos em arranjar viaturas antigas do que aquelas que custaria comprar uma viatura nova. E isto porquê? Porque a gestão pública foi tornada ineficiente. Mas foi propositadamente tornada ineficiente e isto são opções políticas que vêm de trás e escolheu-se este caminho. Tornar a gestão pública ineficiente. Há enfermeiros que fazem domicílios no seu próprio carro. Haverá dinheiro para estes investimentos? Com a municipalização terão as Câmaras capacidade para investir nestes serviços públicos que se tornam descentralizados? Nós acreditamos que o SNS tem de ser descentralizado. E seguir os bons exemplos dos melhores sistemas de saúde do mundo, como a Finlândia ou a Noruega. Porque, ao contrário do que algumas pessoas que adoram fazer mapas, que não estão aqui nesta Assembleia, na realidade, os melhores sistemas de saúde do mundo são públicos e são descentralizados. E é para aqui que o SNS tem que caminhar. Mas descentralizar não é fragmentar. Nós não precisamos de um SNS fragmentado em trezentos e oito municípios. Precisamos de um SNS descentralizado em quatro ou cinco regiões. E esta regionalização ser então acompanhada de uma consequente passagem de competências. Estaríamos assim a caminhar para o equilíbrio certo, entre a proximidade e a dimensão, entre o conhecimento e os recursos. Nós votaremos favoravelmente à proposta trazida aqui a esta Câmara, a esta Assembleia pela Câmara Municipal. E cá estaremos para ver o que é que o novo Orçamento de Estado para 2022 trará para estas novas competências acrescidas, e também, para verificar aquilo que o Executivo camarário fará, pois acreditamos que a transferência é, em si, inevitável, e temos que nos preparar para ela. Obrigado.”

O Presidente da Assembleia Municipal, disse: “Obrigado. Tem a palavra Isabel Antas.”

Isabel Antas do PS disse: “Boa noite a todos e a todas. Cumprimento em primeiro lugar o senhor Presidente da Mesa e façam-se todos por cumprimentados. Eu iria só deixar aqui uma sugestão. Já que se falou tanto em igualdade de género, sugeria a esta Assembleia que a partir de agora utilizássemos uma linguagem inclusiva de todos e todas porque acho que falamos aqui tanto hoje, acho que deixo este repto a todos os elementos da Assembleia, deixava também, antes de passar às perguntas, gostava de ver explicitadas e explicadas pelo Senhor Presidente da Câmara o seguinte: há pouco falou-se na questão da casa abrigo que não era necessária aqui no concelho. Pergunto porque é que nas GOP previstas para 2022 estão previstos cento e cinquenta mil euros para a construção de uma casa abrigo, pergunto ainda, dentro desta linha de pensamento, e agora dirigida à questão da transferência de competências, o seguinte: Que diligências, portanto, para além daquela que foi já mencionada pela autarquia que enviou um ofício à Secretaria de Estado, o que é que foi feito mais? Portanto, limitaram-se a enviar o ofício, o ofício não foi respondido e não houve uma contra-proposta em relação a esse ofício. Perguntar também como é que, e que metodologia é que foi utilizada e quais os critérios utilizados para decidir então que encargos financeiros são insuficientes para garantir o pleno exercício da transferência de competências previstas no Decreto Lei. Pergunto, ainda, se este Decreto Lei saiu em 2020, portanto dois anos para a preparação da transferência que vai efetivar-se em Janeiro, como é que em sete meses preparam esta transferência? E eu gostava que



Assembleia Municipal do Seixal

Ata nº 02/2022

1.ª Sessão Extraordinária – 10 de março de 2022

me explicasse porque, e penso que esta Assembleia tem esse direito também de redimensionar. Como é que se deu este processo todo aqui na Câmara do Seixal. Portanto, gostava que ficasse esclarecida e todos os elementos aqui eleitos pudessem, também, ter conhecimento de todo o processo desde o início até à data de hoje. E disse.”

O Presidente da Assembleia Municipal, disse: “ Obrigado. Os inscritos são Nuno Capucha. Mais inscrições? Não há mais inscrições, é? Nuno Capucha, se faz favor.”

Nuno Capucha do CH disse: “Esta sessão já vai avançada e, portanto, eu não me vou alongar em considerações. Nós vamos abster-nos por considerarmos que não é este o modo correto de fazer transferência de competências. E colocamos mesmo essa questão em causa, e portanto, o nosso voto será de abstenção, de facto, mas salientamos que é um processo, como já foi aqui referido que vai acontecer, e para o qual a Câmara vai ter que se preparar e esse auto de transferências vai ter de surgir. E eu não resisto a dizer que, de facto, em nível de viaturas, seria tudo certamente, seria muito mais benéfico, porque o Senhor Presidente sabe escolher viaturas, a Câmara sabe escolher viaturas, a Mercedes Vito, e etc., a garagem da Câmara prova que os senhores sabem escolher viaturas. Disse.”

O Presidente da Assembleia Municipal, disse: “ Muito obrigado. Não havendo mais inscrições, Paula Santos, mais alguma? Podemos dar por encerradas as inscrições, Paula Santos, se faz favor.”

Paula Santos da CDU disse: “Muito obrigada. Creio que nesta discussão já vieram um conjunto de elementos vastos que revelam, de facto, que todo este processo de transferência de competências para as autarquias está longe de ser um sucesso como muitas vezes é apregoado, em particular pelos membros do Governo. E há aqui um aspeto que, desde o início que ficou identificado, que, de facto, não só, e aliás, este processo em concreto, relativamente às competências na área da ação social, mais uma vez comprova isso, tal como comprovaram, quer nas áreas da educação, da saúde, entre outras, mas salientando estas que são as que têm uma dimensão muito mais significativa, e correspondem também a direitos que a nossa Constituição coloca, as questões de proteção social também por parte dos cidadãos. Mas como estava a dizer, um processo que, desde o início, que falhou, do ponto de vista da sua fundamentação. Porquê estas competências e não outras competências? Não há nada que fundamente isso, nem que fundamente, de facto, as mais valias deste processo de transferências, a falta que ainda hoje permanece tal qual como está desfolhado neste ofício de informação, de elementos que permitam ter presente, de facto, o que é que implica, no concreto, cada uma das competências, e nesta área da ação Social, estamos a tratar, de facto, de questões muito sensíveis, no apoio às populações e da sua proteção social e que isto deveria ter sido antes de se iniciar e decidir que, ou seja, começou-se a construir a casa pelo telhado, antes de se iniciar e decidir as competências, devia ter-se identificado, de facto, os meios, as condições, o que é que estava em cima da mesa, quer do ponto de vista de recursos humanos, quer do ponto de vista de meios financeiros, de meios técnicos, já vieram aqui vários exemplos até, a questão das viaturas, de facto, é uma realidade que na área da saúde que é muito evidente e outras relativas ao estado de conservação de um conjunto de edifícios e que o Governo devia ter previamente disponibilizado



Assembleia Municipal do Seixal

Ata nº 02/2022

1.ª Sessão Extraordinária – 10 de março de 2022

essa informação e não disponibilizou e estamos num momento do projeto mais avançado e que essa informação continua a não ser, de facto, disponibilizada, e que revela efetivamente que é um processo que revela que não estão garantidas as condições para que os municípios possam exercer este conjunto de competências e esta é uma questão muito alargada porque há “n” municípios que são geridos pelas diversas forças políticas que não aceitaram este conjunto de competências, aliás, na educação e na saúde isso é muito evidente, foi uma minoria de municípios que aceitaram o exercício dessas competências e as questões que se colocam e aliás, aqui a própria Associação Nacional de Municípios tem vindo a colocar são exatamente estas as questões das condições, do conhecimento, dos meios, de se garantir condições que não estavam garantidas para o exercício destas competências e não se trata ao trazer estas questões aqui, não se trata de nenhuma vitimização relativamente a este processo. Trata-se sim de intervir no sentido de garantir, não prejudicar a população porque o processo de transferência de competências deveria significar, de facto, a melhoria do serviço público, deveria de significar dar mais coerência até à própria organização administrativa do Estado. Não foi isso que esteve subjacente neste processo e as questões da defesa dos interesses da população é aquilo que norteia, de facto, esta proposta e que naturalmente a CDU acompanha de prorrogar o prazo para o exercício das competências na área da ação Social. Aliás, esta falta de meios é de tal forma reconhecida, amplamente reconhecida que o Governo sentiu a necessidade de pôr um Decreto Lei para permitir a sua prorrogação. É o próprio que reconhece que não estão garantidas essas mesmas condições! Mas para terminar, senhores eleitos, aquilo que queria aqui deixar, é de facto, que a questão não se trata, por mais, por mais insistências que tenham sido feitas, por parte do município para perceber aquilo que está em cima da mesa nas mais variadas áreas. Devia era partir por parte do Governo, de facto, uma informação rigorosa relativamente a esta, a estas questões e é lamentável que isso assim não tenha sido feito. E a questão principal é mesmo esta e reitero: a defesa dos interesses das populações, é isso que nos deve mover para, de facto, assegurar um melhor serviço público.”

O Presidente da Assembleia Municipal, disse: “ Isabel Antas, se faz favor. Muito obrigado.”

Isabel Antas do PS disse: “Novamente boa noite a todos e a todas aqui presentes. E dizer-vos que ao refletirmos aqui nesta Assembleia sobre a transferência de competências, aquilo que me apraz dizer é o seguinte: efetivamente o ser humano é adverso a mudanças e, estas mudanças não me chocam, mas ficaríamos todos surpreendidos se o atual executivo camarário viesse aqui defender já a aceitação da descentralização das competências. E não me refiro apenas à área social, aquela que hoje estamos aqui a discutir. Poderia ser qualquer uma das áreas a descentralizar, pois de acordo com a ideologia dominante e a palavra de ordem é rejeitar até ao limite, pois aceitar competências terá sempre um sinónimo de deixar capitalizar o queixume da população. Tendo por base este princípio, é a partir daqui criar factos que justifiquem a rejeição. Quanto ao documento em si, e sem entrar em pormenor, parece-nos existir grande desconhecimento e falta de informação do teor do diploma e que suporta e rege a descentralização de competências na área da ação Social. O que se prevê é que a matéria relativa à celebração e acompanhamento de contratos de inserção dos beneficiários da prestação do rendimento social de inserção, a coordenação dos contratos locais de de-



Assembleia Municipal do Seixal

Ata nº 02/2022

1.ª Sessão Extraordinária – 10 de março de 2022

envolvimento social e o assegurar dos serviços de atendimento e de acompanhamento social, estas três dimensões muito importantes da ação social no terreno sejam transferidos para as autarquias locais. Isto vai dar uma maior proximidade e seguramente vai permitir um apoio mais presente e um apoio ainda melhor e mais eficaz a todos e a todas os cidadãos e cidadãs em situação de vulnerabilidade. Vejamos, a Câmara manifesta a sua discordância sobre o mapa dos encargos anuais, foi aqui percebido há pouco, designadamente no que respeita à atribuição de subsídios eventuais, atendimento e acompanhamento em ação social, e no âmbito do RSI mas, para baralhar, associam também outro tipo de custos inerentes a outras respostas sociais as quais são desenvolvidas pelas mesmas entidades que já prestam esses serviços. Importa esclarecer o seguinte: é que todos os acordos de cooperação atípicos, que são aqueles que são viabilizados através de estudos económicos vão ser revistos após a aceitação da descentralização de competências nestas áreas específicas, ou seja, os centros comunitários que no momento estão a assumir o atendimento e o acompanhamento da ação social e que detêm os tais acordos de cooperação atípicos e os protocolos da medida de RSI através de protocolos vão ser objeto de revisão, estas ações vão ser dissociadas dos respetivos acordos. É importante que se perceba que os centros comunitários desenvolvem outras atividades, muito para além do atendimento e do acompanhamento em ação social e RSI, nomeadamente ações dirigidas a competências parentais, no âmbito da parentalidade positiva, outras, “n” outras. Os centros, já disse, os centros comunitários vão continuar financiados pelo Instituto de Segurança Social mediante o estabelecimento de acordos de cooperação à exceção daquelas que ficaram com a gestão da Câmara Municipal. Outro dado importante, no que concerne ao valor dos subsídios eventuais a atribuir e o valor que é exigido por esta Câmara, não se conseguir justificar. Eu fiz essa pergunta há pouco Não me foi ainda esclarecida, na medida em que algumas das problemáticas ficarão ainda sob a administração do Instituto da Segurança Social, nomeadamente a atribuição de ajudas técnicas, as problemáticas associadas às toxicodependências, aos doentes HIV, às vítimas de violência doméstica, maior acompanhado, estatuto do cuidador informal, os refugiados, entre outras. Isto fica sob a competência da Segurança Social. Em suma, as justificações que apresentam não colhem junto de nós parecer positivo, considerando o PS que se trata de um erro político e que irá prejudicar as pessoas. Constata-se que é evidente o embaraço e a falta de interesse e a motivação para assumir estas competências. Apesar de terem aceite mas vamos prolongá-las é o lema! Consideramos que o que tem que mudar é a perspetiva de atuação. Não posso demitir-me porque isto é da competência do vizinho. Não colaboro nisto porque os outros é que têm obrigação de o fazer. O apoio às pessoas depende disto, depende da camisola que se veste independentemente da instituição em que se trabalha. Todos e todas a trabalhar para o bem comum e não para a sua capelinha, os recursos são de todos e de todas e as dificuldades também. Se não cooperarmos uns com os outros não vale a pena. Perante isto, talvez seja melhor solução adiar uma vez que esta Câmara ainda não está preparada para assegurar a prestação de um serviço que visa ajudar as pessoas e as famílias vulneráveis em situação de risco social e económico pois até compreendemos as dúvidas suscitadas, mas acreditamos que os problemas serão resolvidos com equilíbrio e bom senso. Este é o ano zero de um projeto de descentralização que se quer efetivo e progressivo e aqui o município deve devidamente abarcar estas competências, através da criação de comissões setoriais para debater as



Assembleia Municipal do Seixal

Ata nº 02/2022

1.ª Sessão Extraordinária – 10 de março de 2022

várias responsabilidades que são delegadas no município. Como já referi, somos a favor da descentralização, pois a proximidade junto da população reveste-se de grande importância, pois irá beneficiar a mesma. Pois até na semana passada, a Associação Nacional de Municípios aprovou um parecer positivo à proposta do governo na área da ação social. Mas, é a pensar nessas famílias, que o Partido Socialista irá abster-se. Disse.”

O Presidente da Assembleia Municipal, disse: “Pergunto se há mais intervenções, para fecharmos! Não há, é isso, confirma-se? Bom, se não há mais intervenções eu fechava, trinta segundos para um apontamento, na terça-feira estive, na qualidade de vice presidente da Associação Nacional de Municípios Portugueses, reunido com a Ministra Alexandra Leitão e com a Ministra da Saúde. Bem, o que vos quero dizer é que as questões que a Câmara do Seixal coloca são transversais ao país, portanto, não há aqui nenhuma diferença. Isso foi reconhecido pelas senhoras Ministras, pela Ministra da Saúde em concreto na saúde, e pela Ministra Alexandra Leitão, como sabem, na relação com os municípios. e, portanto, nas três áreas, e nesta em concreto, isto não é uma questão da Câmara do Seixal, não é? Nem uma questão de vontade, é uma questão de condições que a Associação Nacional de Municípios quer colocar. Eu não percebi bem...um parecer positivo. Mas não houve nenhum Conselho Diretivo com um parecer positivo. O Conselho Diretivo reúne na próxima terça-feira, portanto, não houve nenhuma posição da Associação Nacional de Municípios na semana passada. Só se eu percebi mal? Mas não houve! A próxima reunião é terça-feira, portanto, isto é um problema que o Governo importa responder, e que é reconhecido pelo Governo, tanto mais que a progressão é um diploma deste Governo reconhecendo que não havia condições. Até era bom que houvesse! Mas aqui a questão que se coloca é que estamos de um lado de serviço público, de uma função social do Estado, que é de enorme responsabilidade. E a Câmara do Seixal quer avançar. Não pode! Mas há muitas Câmaras no país que também querem fazer o mesmo e não têm condições. Isso é que está em questão e na reunião de terça-feira tive esse reconhecimento por parte do Governo, quero-vos dizer, reconhecimento das dificuldades e dos problemas que importa resolver. Senhor Presidente da Câmara., se faz favor.”

O Presidente da Câmara Municipal, disse: “Muito obrigado pelas questões colocadas. Eu penso que, lendo o nosso ofício que enviámos à Senhora Secretária de Estado, em Abril de 2021, fica notório o esforço do município, perante a falta de informação que veio do Governo, procurar junto das entidades locais fazer o apuramento, associação a associação, de instituição em instituição, sobre aquilo que estavam a desenvolver sob o ponto de vista de competências protocoladas com o Instituto de Segurança Social e quais é que eram os custos por um lado, e quais é que eram os recursos por outro, e esse trabalho que foi feito pela Câmara e que deu origem a este ofício, de certa forma, uma espécie de resumo daquilo que foi a tal realidade ocultada pela Segurança Social e a outra realidade do terreno que nós fomos identificar e, parece-nos que esta nossa, que nós fomos identificar é aquela que se aproxima mais da realidade do que aquela que foi resposta, ou pelo menos uma parte pelo Governo, portanto, a Câmara já desenvolveu esse trabalho. Perante a falta de informação não ficámos à espera, fomos junto das entidades perceber o que estava a ser feito, que recursos é que eram para estas instituições, portanto, atribuídos e que competências estavam a exercer no do-



Assembleia Municipal do Seixal

Ata nº 02/2022

1.ª Sessão Extraordinária – 10 de março de 2022

mínio da ação social, mas, de facto, batemos aqui, outra vez numa barreira que é a desorganização do Estado porque eu acredito que a Senhora Secretária de Estado, para não responder ao município é porque, de facto, não sabe, não é? Passado quase um ano, estamos em Março de 2022, nós enviámos um ofício em Abril de 2021, passado quase um ano, se não temos resposta e, acredito que todos os municípios fizeram de forma idêntica ao Seixal, se não recebemos essa resposta, é porque a Senhora Secretária de Estado não sabe. E isto é muito grave, é muito grave! É muito grave e demonstra da parte do Governo uma falta de interesse em transferir as competências. Porque se houvesse interesse, tinha havido resposta, e tinha havido debate e haveria negociação. Eu quero aqui contrapor com a questão da saúde, há pouco foi também aqui referido pelo senhor eleito pelo Bloco de Esquerda, a questão da saúde é verdade, que não é um processo perfeito. Mas pelo menos temos aqui, temos duas coisas substancialmente diferentes deste processo da ação social. Em primeiro lugar temos com quem falar. Há uma outra parte que dialoga connosco, que nos apresenta elementos e que nós contrapomos e esclarecemos. E um segundo aspeto que também foi referido, até pelo eleito do PAN. Existe um auto de transferência onde estão lá registados todos os elementos a transferir, e aquilo que vai ser protocolado entre as partes. Na área social, não existe nada disto! Não existe informação! E não existe a forma da transferência. E portanto, eu acho que esta é uma questão grave, uma questão grave e que demonstra uma vez mais a falta de interesse, a incompetência! Há pouco, também nas palavras do eleito pelo PSD que eu subscrevi em oitenta por cento, a incompetência, a falta de condições, de facto de um Governo que não exerce aquilo que devia exercer e, de facto, omite informação, aqui na Assembleia Municipal, uma vez mais, vimos um PS que nada coloca, que não esclarece, o Governo omite informação, não procura fazer a transferência e operá-la da forma que nós esperamos, mas tenta lançar aqui que há uns anátemas sobre o município e sobre o executivo municipal, portanto, que fique claro que a Câmara Municipal fez todas as diligências possíveis para, no apuramento daquilo que era a realidade em 2021, enviámos esse ofício à Senhora Secretária de Estado da Segurança Social, Dr^ª Rita da Cunha Mendes, que é uma pessoa que é paga por todos nós para exercer funções governativas e das quais nós esperamos uma resposta. Passou quase um ano e não houve resposta, apesar das nossas insistências. Também é verdade que o senhor vice Presidente da Câmara reuniu com a senhora nova diretora do Centro Distrital da Segurança Social de Setúbal e ela referiu, nada por escrito, tudo de forma verbal, também são coisas que não coincidem com a realidade e portanto, como nós aqui na Assembleia, para deliberarmos, tem que ser com documentos, não é? E com questões factuais, é isso que nós esperamos do Governo, é que, mais que palavras, tenha ações e elementos factuais relativamente à transferência de competências que quer operar. A Câmara quer aceitar! Agora, para aceitar tem que ser com condições minimamente razoáveis. E para aceitar algo temos que conhecer o que vamos receber. Depois, também, dizer que eu respeito muito os funcionários do Instituto da Segurança Social e sou coincidente com as suas ideias e com aquilo que acham que vai acontecer. Mas uma coisa são os funcionários da Segurança Social, outra coisa são os governantes, portanto, quem dirige a Segurança Social não são os funcionários, são os governantes. E os governantes é que têm que vir responder à Assembleia Municipal e à Câmara Municipal sobre aquilo que querem transferir. E, depois, sobre as várias camisolas, de facto, eu também considero que o Partido Socialista no Seixal possa se abs-



Assembleia Municipal do Seixal

Ata nº 02/2022

1.ª Sessão Extraordinária – 10 de março de 2022

ter, tem uma posição que é naturalmente a sua, mas o PS em Palmela aprovou o adiamento da as-
sunção de competências, o PS de Sesimbra rejeitou e o PS do Barreiro, que por acaso é o executivo
que está na Câmara Municipal, também rejeitou. Portanto, sobre camisolas, eu acho que há muitos
PS e muitas camisolas e muitas decisões. Mas como esta não é uma questão partidária, na minha
opinião, nem de camisolas, é uma questão de relação institucional entre um município, que quer
aceitar as competências na área social e, um governo que, aparentemente, quer transferir essas
competências mas não o faz, não coloca no formato e nas condições que sejam possíveis sequer nós
nos pronunciarmos. Por isso, em resumo, nós vamos continuar a diligenciar no sentido de obter es-
sas informações e esses esclarecimentos por parte do Governo e o tal auto de transferência de com-
petências para que seja deliberado nos órgãos da Câmara Municipal e da Assembleia Municipal,
para que se conheça no concreto o que é transferido. Até porque nenhum de nós quer ter nenhum
problema com nenhuma entidade inspetiva, com nenhum Tribunal de Contas que depois nos venha
dizer: Então os senhores aceitaram a tal viatura dos doze anos e fizeram reparações numa viatura
que não é vossa? Então os senhores pagaram um contrato de eletricidade, ou de telecomunicações
ou de limpeza de um serviço ou de um imóvel que não é da Câmara Municipal? Entre muitos outros
aspetos, entre muitos outros aspetos, que podem acontecer mas que nós não queremos correr o
risco nem para o município nem para nós, individualmente. Nenhum de nós, quer do órgão executi-
vo, dos vereadores, quer também com certeza dos senhores eleitos da Assembleia Municipal, por
isso, estas matérias, para além das questões partidárias e aquilo que as pessoas entendem, existem
questões formais e legais que têm que ser obrigatoriamente cumpridas e que no presente não estão
sequer a ser tratadas. E enquanto isso não acontecer, é, eu diria, prematuro, incauto, e até arriscado
podermos deliberar sobre coisas que nem sequer nós conhecemos o que é que são. E nesse sentido
não quero que os senhores eleitos sofram consequências, deste ponto de vista, do vosso patrimó-
nio, é de facto a melhor solução é mesmo adiarmos esta transferência de competências. E a seguir,
o PS, mais preocupado em atacar o executivo municipal, que se preocupe em dizer ao Governo,
que agora tem maioria absoluta, não é? Que deve esclarecer os municípios sobre aquilo que são es-
tas transferências de competências com todos os dados, com todos os recursos, com todos os cus-
tos para que fique tudo expresso e tudo claro. E que não haja nenhuma dúvida. Isso é que é impor-
tante .Obrigado.”

O Presidente da Assembleia Municipal, disse: “Obrigado Senhor Presidente da Câmara. Vamos co-
locar à votação. A declaração da proposta de prorrogação foi aprovada com os votos a favor da CDU,
do PSD, do BLOCO e do PAN e a abstenção do PS, do CHEGA, e dos deputados membros da Assem-
bleia independentes. Não há declarações de voto?”

Aprovada a Deliberação nº 13/XIII/2022 por maioria e em minuta com:

Vinte e dois (22) votos a favor dos seguintes eleitos:

- Do grupo municipal da CDU: 16
- Do grupo municipal do PSD: 3
- Do grupo municipal do BE: 2



Assembleia Municipal do Seixal

Ata nº 02/2022

1.ª Sessão Extraordinária – 10 de março de 2022

- Do grupo municipal do PAN: 1

Quinze (15) abstenções dos seguintes eleitos:

- Do grupo municipal do PS: 12
- Do grupo municipal do CH: 1
- Do Independente Henrique Rodrigues: 1
- Do Independente Soraia Rosário: 1

III.3. Redelimitação da Área de intervenção do Plano de Urbanização da UOPG 33. Processo 5/M/18. Aprovação.

Proposta retirada da OT.

O Presidente da Assembleia Municipal, disse: “Ponto seguinte: Senhor Presidente quer retirar da ordem de trabalhos? Senhor Presidente da Câmara, se faz favor.”

O Presidente da Câmara Municipal, disse: “Sim. Este há-de chegar à Assembleia Municipal. Mas, de facto, a sua inclusão na ordem de trabalhos foi extemporânea, isto é, falta o parecer das entidades, entidades exteriores CCDR e outras que serão consultadas agora na sequência da deliberação da Câmara Municipal e só após esses pareceres dessas entidades, se forem favoráveis àquilo que foi a proposta de alteração de delimitação é que virá depois o resultado final à Assembleia Municipal. Se houver pedidos de alteração, ainda terá que ir novamente à Câmara e só após nova consulta às entidades e se tudo estiver conforme é que será deliberado na Assembleia Municipal. Por isso, o meu pedido de desculpas pelo facto de ter proposto este ponto na ordem de trabalhos de forma extemporânea. Mas, não é este o momento para a votação deste ponto. Será certamente numa Assembleia posterior. Muito obrigado”.

O Presidente da Assembleia Municipal, disse: “Muito obrigado Senhor Presidente da Câmara. Com esta explicação terminamos a ordem de trabalhos. Eu coloco à vossa apreciação a declaração da ata em minuta. Considero aprovada para verificar sobre as deliberações. E antes demais, cumprimentá-los a todos. Encerramos a Assembleia, tudo a correr bem, com saúde e bom trabalho para todos.”

III.4. Minuta da Ata. Aprovação. Aprovada por unanimidade.

Nada mais havendo a tratar, **O Presidente da Assembleia Municipal** deu os trabalhos por encerrados, agradecendo a presença do executivo municipal e dos membros deste Órgão.

A sessão terminou cerca da 00:26 horas do dia 11 de março.

Nos termos do art.º 5.º do Decreto-Lei nº 45362 de 21 de Novembro de 1963 (com a redação atualizada pelo Decreto-Lei nº 334/82 de 19 de Agosto, e de acordo com uma interpretação extensiva), os documentos mencionados são arquivados, ora em pasta anexa à presente ata, ora no respetivo processo.

Sempre que se indicou ter sido tomada qualquer deliberação, dever-se-á entender ter sido aprovado nos termos e para efeitos do disposto no art.º 92.º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro,



Assembleia Municipal do Seixal

Ata nº 02/2022

1.ª Sessão Extraordinária – 10 de março de 2022

com a redação atualizada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro, e com as alterações introduzidas pela Lei nº 67/2007, de 31 de dezembro e pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.

Para constar se lavrou a presente ata que vai ser assinada pelo Presidente e Secretários em exercício:

O Presidente da Assembleia Municipal:

O Primeiro Secretário:

A Segunda Secretária: